



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 035

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 035

33ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	2
Presenças	2
Abertura da Sessão	3
Expediente:	
Ofícios.....	3
Comunicados	3
Telegramas	4
Indicações	4
Requerimentos	5
Projetos de Lei	9
Pequeno Expediente:	
Dep. Jocelito Canto.....	10
Dep. Plauto Miró.....	11
Dep. Ademar Traiano.....	11
Dep. Elio Rusch	12
Dep. Felipe Lucas	13
Grande Expediente:	
Dep. Marcelo Rangel	14
Horário das Lideranças:	
Liderança do PSDB	
Dep. Ademar Traiano.....	12
Dep. Valdir Rossoni	22

Liderança do PMDB	
Dep. Waldyr Pugliesi	18
Liderança do Governo	
Dep. Waldyr Pugliesi	19
Liderança do PTB	
Dep. Jocelito Canto.....	20
Liderança do PDT	
Dep. Augustinho Zucchi	23
Liderança dos Democratas	
Dep. Elio Rusch	24
Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello.....	25
Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV	
Dep. Rosane Ferreira	27
Liderança do PPS	
Dep. Douglas Fabrício	29
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	30
Discussão / Votação:	
1ª Discussão (PEC 042/07).....	30
Redação Final	31
3ª Discussão	31
2ª Discussão	31
1ª Discussão	32
Requerimentos	33
Encerramento da Sessão	36

DIÁRIO Nº 035

33ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jocelito Canto e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr.

Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausente o Sr. Deputado Ney Leprevost (01).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 060/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nºs 012/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo; 014/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti; 071/07, do Deputado Ney Leprevost; 080/07 do Deputado Augustinho Zucchi e 174/06, de autoria do Deputado Pedro Ivo. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 699/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Plauto Miró, que pede esclarecimentos sobre as obras da SANEPAR em Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 2440/07 - GS/SEED, do Sr. Joécio Luiz Kloss, Chefe do Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre denúncias de procedimentos da direção do

Colégio Estadual João Francisco da Silva, do município de Tibagi. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 527/07 da Sra. Jussara Borba Gusso, Chefe da Casa Civil, do Estado, em exercício, em resposta do pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre as licitações promovidas e homologadas pelo governo do estado nos anos de 2003 a 2006. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 518/07 da Sra. Jussara Borba Gusso, Chefe da Casa Civil do Estado, em exercício, em resposta do pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre ajuste de conduta feito com o Procurador-Geral de Justiça para honrar o pagamento dos salários dos membros do Ministério Público do Estado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 566/07 da Sra. Jussara Borba Gusso, Chefe da Casa Civil do Estado, em exercício, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre os projetos e obras liberadas para execução em Ponta Grossa pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 078/07 do Sr. José Carlos Dantas Pimentel Júnior, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos do Ministério Público do Estado, em resposta do pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre o assessor jurídico do Ministério Público em Ponta Grossa, Sr. Carlos Fabiano Goulart. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Comunicados

Sob o nº AL000118/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000119/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAC - PNAE Creche. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000120/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAI - PNAE Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

Telegramas

Do Ministério da Saúde sob o nº 000394/MS/SE/FNS, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Inkafarma Comércio Farmacêutico S/A, no valor de R\$ 6.922,48 para pagamento de expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná:

Nº 000031/MS/SE/FNS - valor de R\$ 269.330,70 - pagamento de teto financeiro de vigilância em saúde.

Nº 000032/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública.

Nº 000041/MS/SE/FNS - valor de R\$ 31.785,33 - pagamento de terapia e psicoterapia.

Nº 000042/MS/SE/FNS - valor de R\$ 18.030,00 - pagamento de prótese dentária.

Nº 000043/MS/SE/FNS - valor de R\$ 39.461,68 - pagamento de patologia clínica.

Nº 000044/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.153,64 - pagamento de psicodiagnóstico.

Nº 000045/MS/SE/FNS - valor de R\$ 116.890,00 - pagamento de humanização do parto (assistência pré-natal)

Nº 000046/MS/SE/FNS - valor de R\$ 15.132,60 - pagamento de tuberculose.

Nº 000047/MS/SE/FNS - valor de R\$ 26.543,00 - pagamento de reabilitação.

Nº 000047/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.378,00 - pagamento de reabilitação.

Nº 000048/MS/SE/FNS - valor de R\$ 11.739,00 - pagamento de AIDs.

Nº 000058/MS/SE/FNS - valor de R\$ 26.691,38 - pagamento de terapia e psicoterapia.

Nº 000059/MS/SE/FNS - valor de R\$ 639.683,34 - pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.

Nº 000071/MS/SE/FNS - valor de R\$ 279.431,34 - pagamento de programa de combate ao câncer de colo uterino.

Nº 000072/MS/SE/FNS - valor de R\$ 14.611,80 - pagamento de tuberculose.

Nº 000085/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.000,20 - pagamento de psicodiagnóstico.

Nº 000096/MS/SE/FNS - valor de R\$ 421.125,00 - pagamento de triagem neonatal.

Nº 000097/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.965,00 - pagamento de sífilis.

Nº 000098/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.385,00 - pagamento de registro civil e nascimento.

Nº 000099/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.000,04 - pagamento de inibidor de lactação.

Nº 000100/MS/SE/FNS - valor de R\$ 120.040,00 - pagamento de assistência pré-natal.

Nº 000101/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.450,00 - pagamento de AIDs.

Nº 000101/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.602.063,84 - pagamento de terapia renal substitutiva.

Nº 000102/MS/SE/FNS - valor de R\$ 166.432,56 - pagamento de incentivo no âmbito do Programa Nacional de HIV AIDs e outras DST.

Nº 000103/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.915,00 - pagamento de registro civil e nascimento.

Nº 000104/MS/SE/FNS - valor de R\$ 110.760,00 - pagamento de assistência pré-natal.

Nº 000105/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.940,00 - pagamento de AIDs.

Nº 000189/MS/SE/FNS - valor de R\$ 20.421,08 - pagamento de fisioterapia.

Nº 000190/MS/SE/FNS - valor de R\$ 336.336,00 - pagamento de triagem neo-natal.

Nº 000191/MS/SE/FNS - valor de R\$ 122.920,43 - pagamento de acompanhamento pós-transplante.

Nº 000192/MS/SE/FNS - valor de R\$ 264.642,11 - pagamento de programa de combate ao câncer de colo uterino.

Nº 000234/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.438.460,16 - pagamento de acompanhamento de paciente.

Nº 000235/MS/SE/FNS - valor de R\$ 470.026,70 - pagamento de acompanhamento de saúde mental.

Nº 000272/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.343,05 - pagamento de assistência domiciliar.

Nº 000273/MS/SE/FNS - valor de R\$ 206.378,00 - pagamento de leucemia mieloide.

Ao conhecimento da Casa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 082/07

SÚMULA:

Propõe a construção da nova unidade da Delegacia da Polícia Civil no Alto Maracanã, município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Edson Luiz Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) A construção da Delegacia de Polícia Civil do Alto Maracanã, no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A solicitação justifica-se na necessidade premente de uma nova unidade e própria para a Delegacia da Polícia Civil que possa atender a uma população crescente com mais de 140 mil habitantes e paralelamente o aumento da violência. A atual unidade não comporta

mais a demanda e em virtude das obras do PIT, no Terminal Maracanã, torna-se inviável a permanência no local e ainda pela mesma estar ao lado de um colégio estadual, de grande porte com mais de 1.500 alunos. Está sendo providenciado um local provisório em prédio alugado, não dando nenhuma condição legal para que possa atender a demanda, assim uma nova unidade dará melhores e eficazes condições de trabalho aos profissionais da segurança e tranquilidade aos cidadãos.

INDICAÇÃO S/N

SÚMULA:

Requer a intercessão junto a empresa ALL - América Latina Logística, solicitando a transferência do pátio de manobras para a localidade denominada Ceboleiro.

Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I) Intervir junto a empresa ALL - América Latina Logística, solicitando a transferência do pátio de manobras para a localidade denominada Ceboleiro.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

É uma medida justa e necessária, em função de proporcionar mais segurança à população rolandense. As manobras dos trens se fazem no centro da cidade, em horários de "rush", provocando congestionamento e atrapalhando a vida das pessoas que cumprem horários. Trata-se de uma antiga reivindicação da população local, tendo em vista que já foram apresentadas inúmeras proposições, solicitando a transferência do pátio de manobras para um local mais afastado do centro, mais especificamente para a localidade rural denominada Ceboleiro.

INDICAÇÃO Nº 084/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e à Secretária da Cultura a instalação de antena retransmissora do sinal da Rede de Televisão Paraná Educativa, em Paranavaí.

Sr. Governador do Estado do Paraná, Sra. Secretária de Educação.

Paranavaí e os municípios de seu entorno que compõem a região noroeste do Paraná, atualmente, não podem captar o sinal de retransmissão da programação da emissora de televisão Paraná Educativa, em virtude da ausência de antena que o retransmita com força o suficiente, de modo que as imagens cheguem aos televisores dos cidadãos daquela microrregião com nitidez, razão pela qual, por meio desta indicação, propõe-se ao Governador do estado e à Sra. Secretária da Educação a instala-

ção de antena retransmissora da Rede Paraná Educativa no município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Vivemos na era da informação, na qual instrumentos como a internet e a televisão tornaram-se insubstituíveis para divulgar conhecimentos e aperfeiçoar o processo educativo dos cidadãos.

No estado do Paraná tal papel vem sendo cumprido com destaque pela Rede de Televisão Paraná Educativa, a qual, com sua programação voltada para a formação cultural e política dos cidadãos paranaenses, tem levado aos lares de seus telespectadores programas, informações e conhecimentos que complementam a formação por eles recebida na escola, na universidade e nas diversas profissões em que eles atuam, prestando assim, serviço notável à comunidade.

Em razão disso, torna-se de fundamental importância instalar a antena retransmissora da Paraná Educativa na região noroeste.

Demais, a comunidade de Paranavaí já ofereceu gratuitamente o espaço necessário para instalação dos aparelhos de retransmissão do sinal da rede de televisão Paraná Educativa, fato que por si só expressa o desejo e o comprometimento dos cidadãos da região noroeste com a presente indicação.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1004

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Proposição nº 042/07 - proposta de Emenda à Constituição, item 01 da ordem do dia desta data, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1006

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à presidência da Comissão de Orçamento desta Casa, após ouvido o douto Plenário, prorrogação para o dia 10 de maio de 2007, do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 263/07, oriundo da Mensagem Governamental nº 014/07 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, bem como seja solicitado ao Poder Executivo, envio de nova mensagem emendando a mensagem anterior, de modo a que constem na LDO as prioridades e metas da administração pública estadual, em respeito ao que determina a Constituição Estadual em seu artigo 133, parágrafo 3º.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Antonio Belinati e Valdir Rossoni.

REQUERIMENTO Nº 997

Senhor Presidente:

Solicita o encaminhamento à Mesa Executiva, REQUERENDO a realização de Sessão Solene no dia 10 de maio de 2007, às 20h00, em homenagem a FEMOCLAM - Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, em razão da comemoração de seu 23º aniversário.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, fundada em 01 de março de 1984 é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com sede provisória, que visa representar e encaminhar as reivindicações comuns do conjunto da população dos bairros, vilas e conjuntos habitacionais coordenando as Associações de Moradores e Clube de Mães de Curitiba e Região Metropolitana.

REQUERIMENTO Nº 1010

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja criada a Frente Parlamentar de Defesa da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, por no mínimo 5 Parlamentares desta Casa, comprometidos com a segurança alimentar e nutricional, que desejarem ingressar na referida bancada.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Frente será constituída por Parlamentares que entendam que esse tema deva ter atenção especial deste Poder e esperamos que depois de instituída, em conjunto com os movimentos sociais e os conselhos estadual e municipais, possam trazer para o centro dos governos estadual e municipal, o debate de uma concepção abrangente e intersetorial da segurança alimentar e nutricional, bem como dos princípios que orientam o direito humano, a alimentação e a soberania alimentar.

REQUERIMENTO Nº 1005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para se ausentar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como solicita autorização para se ausentar do país, no período compreendido entre os dias 17 de maio a 01 de junho de 2007, para, atendendo convite do Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, formar na Mis-

são Oficial do Estado do Paraná que vai ao Japão com o seguinte objetivo:

Realizar encontros com o Ministro de Relações Exteriores do Japão e o Presidente da Comissão de Festes do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, e também com um componente da família imperial para a entrega do convite oficial que inclui o estado do Paraná, segunda maior colônia japonesa em nosso país, no calendário oficial da imigração japonesa no Brasil.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Odair Francisco de Souza, ocorrido no dia 24 de abril do corrente, na cidade de Foz do Iguaçu, e que seja encaminhada cópia desta proposição à família enlutada, com mensagem de condolências.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos com profunda tristeza a notícia do falecimento do Sr. Odair Francisco de Souza, ocorrido na data de ontem, amigo e pessoa muito querida na cidade de Foz do Iguaçu, onde residia.

O Sr. Odair exerceu o cargo de Diretor da Prefeitura de Foz do Iguaçu nas duas gestões que este Parlamento foi Prefeito.

Contribuiu significativamente com aquela comunidade no exercício da função.

Como última homenagem ao amigo registramos nos livros que contam a história desta Assembleia Legislativa a nossa estima, consideração e o agradecimento do povo iguaçuense ao Sr. Odair Francisco de Souza pelos relevantes serviços prestados e amizades deixadas em Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 987

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, REQUER envio de congratulações ao jornal Hoje, nas pessoas de seus Diretores Emílio Fernando Martini e Reginald Armstrong, extensivas a todos os funcionários, pelo transcurso de seu 30º ano de circulação.

O jornal Hoje, de Cascavel, surgido em 1º de maio de 1977, nasceu com semanário através do esforço de um grupo de jovens empresários com mais idéias do que capital - Sefrin Filho, Heinz Schmidt, João Adelino de Souza, Pedro Valdir de Souza, Rozelmo Tavares da Silva e Rosalvo Tavares da Silva que, sob a liderança de Sefrin, encontrou uma fórmula de jornal popular adaptado ao gosto do leitor médio e conseguiu alcançar seu objetivo

de fornecer informação selecionada de forma agradável. Este grande jornal diário completa agora 30 anos de circulação, sendo sem dúvida um dos mais importantes veículos de comunicação do oeste paranaense.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 988

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, através da pessoa do seu Presidente Sr. Maurício Fernando Cunha Smijtink pelo Dia do Contabilista, comemorado neste dia 25 de abril.

Requer ainda, que seja dada ciência a seu Presidente, enviando correspondência à Rua XV de Novembro, 2987 - Alto da XV, CEP 80050-000 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

O Dia do Contabilista foi instituído pelo Senador João Lyra, em 25 de abril de 1926, ocasião em que proferiu discurso enaltecendo a classe contábil brasileira.

Atualmente, no Paraná, em atividade, temos 23.966 contabilistas.

Esta profissão oferece a quem a executa, inúmeras oportunidades no mercado de trabalho, porém a que se destacar que as empresas dependem deste profissional sobre os mais variados aspectos, sendo seu trabalho indispensável dentro das organizações.

Sempre dedicado, o profissional que exerce a função, muitas vezes torna-se até o confessor dos proprietários de empresas, o qual sempre zela e distingue com perfeição toda a contabilidade, para que não venha o empresário, que confia no seu trabalho, ser prejudicado, nem provoque dolo às leis que devem ser seguidas dentro do contexto contábil, primando principalmente pela condução de seus trabalhos dentro da ética profissional e honestidade que devem sempre andar *pari passu* dentro das atitudes, funções e atos assumidos perante as empresas, bem como também junto à sociedade.

Parabéns contabilistas de todo o Paraná pelo seu dia, e que na contabilidade de suas vidas sempre possam ter distinguida uma receita de vida bem maior e melhor que as despesas e contabilizem um patrimônio familiar acima de qualquer contestação.

REQUERIMENTO Nº 993

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Jardim Alegre, pelo 43º aniversário de emancipação política do município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente ao Prefeito Mário Oriani, no endereço: Praça Mariana Leite Feliz, 800, CEP 86860-000

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Em 1929 uma grande área do que então constituía uma fazenda foi adquirida e deu origem a uma empresa imobiliária que deveria colonizar essa região, onde atualmente se encontra o município de Jardim Alegre. Mas somente a partir de 1939 a área começou a ser desbravada, com a derrubada das matas e início do cultivo do solo.

Inicialmente denominada patrimônio Três Machados, passou mais tarde a se chamar patrimônio Rancho Alegre para posterior e finalmente ser batizado de Jardim Alegre. Foi criado pela Lei Estadual nº 4859, de 28 de abril de 1964.

Jardim Alegre é uma cidade fundamentalmente agrícola, marcada por seu povo hospitaleiro e amigo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Jardim Alegre pela comemoração dos 43 anos de emancipação política do município.

REQUERIMENTO Nº 994

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Rio Bom, pelo 43º aniversário de emancipação política do município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente ao Prefeito Moisés José de Andrade, no endereço: Avenida Curitiba, 65 CEP 86830-000.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O município de Rio Bom tem hoje uma população com cerca de 3540 habitantes segundo o último censo IBGE, sendo 2104 habitantes residentes na zona urbana e 1438 residentes na zona rural.

A atividade econômica predominante é a agropecuária. A distância até a capital do estado é de 422 quilômetros sendo cidades circunvizinhas: Faxinal ao sul; Marilândia do Sul ao leste; Novo Itacolomi e Cambira ao oeste; Apucarana ao norte; Borrazópolis ao sul do oeste; Califórnia ao nordeste.

A colonizadora Rio Bom, detentora de grande área no vale dos rios Bom e Ivaí, por volta de 1933 inicia a colonização das terras, dividindo em sítios e fazendas e demarcando áreas de futuros núcleos urbanos, atraídos pela fertilidade do solo para agricultura e, ainda, em busca de terras propícias à cultura do café.

Foi criado através da Lei Estadual nº 4859, de 28 de abril de 1964, e instalado em 13 de dezembro do mesmo ano, desmembrando-se de Marilândia do Sul.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Rio Bom pela comemoração dos 43 anos de emancipação política do município.

REQUERIMENTO Nº 1001

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à família Bastos, nas pessoas da matriarca, Sra. Zenir Nadal Bastos e seus filhos Edson Bastos (gordo) e Winston Antonio Bastos, pela realização da 4ª Tropeada da Toca do Gordo, realizada no dia 21 de abril passado. Tal evento, que já tornou-se tradicional no município, contou com a presença de 413 cavaleiros, amazonas e crianças, com saída da Fazenda Monte Alegre, de propriedade da Família Bastos, e chegada na Capela Santa Bárbara, perfazendo um total de 16 quilômetros.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Família Bastos, Av. Vicente Machado, 522, apartamento 21, CEP 84010-000, Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade, de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade, conta com 425 alunos, entre os ensinos fundamental e médio.

É imprescindível a construção de uma quadra coberta, tendo em vista que a região é uma das mais quentes do estado e servirá para melhor atender alunos, proporcionando um local apropriado para a realização de atividades físicas.

Referido pedido beneficiará alunos que fazem parte dos bairros: Morumbi I, II, IV, Portal e Jardim Europa.

REQUERIMENTO Nº 996

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Cataratas do Iguaçu, de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Cataratas do Iguaçu, conta com 1300 alunos, entre os ensinos fundamental e médio.

É imprescindível a construção de uma quadra coberta, tendo em vista que a região é uma das mais quentes do estado e servirá para melhor atender os alunos, proporcionando um local apropriado para a realização de atividades físicas.

Referido pedido beneficiará alunos que fazem parte dos bairros: Três Bandeiras e Parque Imperatriz.

REQUERIMENTO Nº 989

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que a Assembléia Legislativa envie expediente ao Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal, Deputado Federal Marcos Montes (DEM/MG), manifestando a preocupação do Setor de Agronegócios do estado do Paraná, com o aumento significativo do preço dos insumos (fertilizantes) utilizados pelos produtores paranaenses, que está a ponto de viabilizar o plantio da nova safra em nosso estado. Alguns desses insumos tiveram um aumento nos últimos 5 anos de mais de 57%, apesar do câmbio favorável às importações deste produto.

Requer também, que seja informado à esta Casa de Leis, de maneira oficial, o resultado da Audiência Pública que será realizada naquela comissão no dia 02 de maio próximo, onde este assunto será debatido.

Requer ainda, que cópia desta correspondência seja enviada ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes e ao Secretário Nacional de Política Agrícola, Edílson Guimarães.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 998

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, pedindo as seguintes informações:

1) critério usado pela PM na promoção de oficiais nos últimos 6 anos;

2) motivo alegado para que Oficiais e Praças realizem cursos de especialização fora do Paraná (exemplo de casos em que fazem cursos de aperfeiçoamento de Oficiais - CAO, e Curso Superior de Polícia - CSP, uma vez que esses cursos são oferecidos pela Academia Militar do Guatupê);

3) por que não foi concedido aumento aos oficiais da Polícia Militar, considerando que os Delegados de Polícia tiveram seus vencimentos reajustados em 48%.

São questões que precisam ser esclarecidas para conhecimento do povo paranaense, que vive amedrontado pelo aumento da criminalidade e não vê perspectivas de melhoras na conjuntura atual.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Cultura, Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitando cópia integral das gravações da Escola de Governo, da última terça-feira, dia 24 de abril.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1000

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, solicitando informações relativas as obras de construção do Hospital Regional de Ponta Grossa.

- Quantas pessoas estão trabalhando atualmente nas obras de construção do referido hospital?

- A empreiteira que realiza as obras aproveita a mão-de-obra local ou leva seus trabalhadores de outras localidades para Ponta Grossa?

- Informar quantos trabalhadores foram contratados no município e quantos são de outras localidades.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1002

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando informações sobre a renovação de contrato de concessão do município de Ponta Grossa com a SANEPAR e realização de obras.

- Qual o valor em investimentos da SANEPAR em saneamento básico no município de Ponta Grossa após a renovação de concessão?

- Anexar cópia do contrato de concessão.

- Quais as obras já realizadas pela SANEPAR no município após a renovação do referido contrato?

- Anexar as cópias das licitações promovidas pela SANEPAR para realização de obras no município.

- Discriminar as obras já realizadas, as obras em andamento com respectivos valores e pagamentos.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1003

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, solicitando informações relativas aos equipamentos de UTIs armazenados na 3ª Regional de Saúde de Ponta Grossa.

- Os equipamentos armazenados na 3ª Regional de Saúde de Ponta Grossa foram comprados ou alugados por essa SESA?

- Qual a razão desses equipamentos estarem estocados há 6 meses naquela Regional, sendo que a falta de leitos de UTI na região e no estado é por todos conhecida?

- Qual o custo do armazenamento desses equipamentos e de sua ausência nos hospitais?

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de lei

PROJETO DE LEI Nº 302/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os usuários das rodoviárias do estado do Paraná, que com a passagem em mãos queiram utilizar os banheiros, serão isentos da cobrança da taxa para utilização do mesmo.

Parágrafo Único. A referida isenção somente se dará, aos passageiros que comprovarem que estão em viagem, através da passagem.

Art. 2º A referida taxa poderá ser cobrada nos casos em que os usuários não estejam com a passagem em mãos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa isentar os usuários de serviços de transporte intermunicipal em nosso estado, visto que várias rodoviárias cobram para utilização dos banheiros em suas dependências.

Entendemos que os usuários já pagam a passagem, não devendo arcar com mais taxas para utilização dos equipamentos que porventura venham a utilizar até seu destino.

A cobrança continuará sendo efetuada a pessoas que eventualmente estejam utilizando os banheiros, mas que não estão em viagem.

PROJETO DE LEI Nº 303/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação de Moradores Chama Viva do Tatuquara, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade não governamental, fundada em 10 de fevereiro de 2005, tendo sua sede situada à Rua Desembargador Luiz Antonio Pires C. Albuquerque, nº 77, Jardim da Ordem, bairro Tatuquara, Curitiba.

Conforme breve relatório anexo das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação da presente proposição como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol de interesse público.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto, no Pequeno Expediente.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nós queremos falar hoje, aqui, e que obviamente ontem não tivemos tempo, é com relação à questão da saúde.

Ontem, falamos aqui sobre a situação difícil que vive a saúde no estado do Paraná. Ontem, se falou aqui sobre a questão que envolve as denúncias feitas sobre o SINDISAÚDE, de que alguns problemas foram levantados, no Instituto de Saúde do Paraná. Volto a repetir: o Instituto de Saúde do Paraná foi extinto pelo atual governo de forma rápida e rasteira. Foi fechado do dia para a noite, sem muitos esclarecimentos.

Ontem, aqui, o Deputado Rossoni levantava a questão dos 25 milhões, gastos em remédios e 180 milhões gastos, em 2006. Que o governo gastava mensalmente 25 milhões, ou anualmente 25 milhões. Que no ano de 2006, a média subiu para 180 milhões.

Ontem, foi dito aqui, que muitos desses medicamentos foram liberados por determinação e orientação judicial.

Ontem, aqui, o Líder do Governo, Deputado Romanelli, anunciou que dos 180 milhões comprados em medicamentos, em 2006, apenas 12 milhões tiveram a determinação judicial. Só 12 milhões foram comprados através de determinação e medida judicial, o que nos deixa preocupado, porque fora do que determina a lei, vamos ter aqui em média mais de 160 milhões, que foram gastos, de que forma? Como o governo gastou esses 160 milhões sem determinação judicial? Não seria esse o caminho para fechar o Instituto de Saúde do Paraná? Não é esse o motivo que o instituto veio a ser fechado às pressas? Como se gasta 160 milhões, em medicamentos, no ano de eleição? A média é 25 milhões e estava tudo bem, passou-se a gastar 160 milhões fora a determinação judicial.

Como é que o governo gastou o restante, mais de 160 milhões sem determinação judicial?

Não seria esse o motivo de se fechar, às pressas, o Instituto de Saúde do Estado do Paraná?

Ontem aqui se falou em controle, que tem controle. Acho que não tem, porque se o Governador manda parar: “está proibida a entrega de medicamento sem minha autorização”. Quando o mandatário maior do estado faz isso, é porque ele tem algumas dificuldades. “Pára tudo que só eu autorizo”. Quem já foi Prefeito sabe o que estou dizendo. Quando o Líder maior, a autoridade maior dá essa ordem é porque alguma desconfiança se tem. Só eu compro quando deveria comprar a Secretaria. Mais uma vez aqui se comprova a falta de controle. O governo manda a esta Casa um projeto de lei em que cria uma Secretaria de Controle de todos os gastos do governo. O que é isso? Mais uma vez é o desconforto de ter que alguém cuidar de todos, porque alguém não está fazendo a lição de casa, não está fazendo o que determina o governo.

Por isso, o governo vai criar uma espécie de conselho que vai fiscalizar uma espécie de ouvidoria, uma gestão, como antigamente os bancos tinham, eles tinham lá um comitê e só o comitê liberava algumas operações.

Vamos voltar à época dos comitês aqui no Paraná. Esse é um dos motivos que o estado está sem dinheiro. Aqui ontem se falou em recursos da dengue. Os recursos da dengue são repassados aos municípios através do Conselho Bipartite. Existe uma ata, tem que ver essa ata!

O dinheiro devolvido foi devolvido por quem: pelo estado ou pelos municípios? Os municípios só devolvem quando eles têm aquilo que nós chamamos de um Conselho Especial que tem um controle geral da saúde. A partir daquele momento a gestão plena é que dá o direito do município tratar diretamente com o governo federal. A responsabilidade é do governo do estado. Isso tem que investigar. Volto a dizer: Instituto de Saúde do Paraná.

Para finalizar Sr. Presidente, vou voltar daqui a pouco no horário do PTB, porque lá em Ponta Grossa, me parece que hoje o Deputado Marcelo Rangel vai mostrar aqui algumas imagens da saúde. Mas hoje está no jornal a questão de um bebê que está aguardando na fila da UTI,

enquanto isso lá em Ponta Grossa tem leitos de UTI sobrando, engavetados na Regional de Saúde, aguardando a boa vontade ou a competência de alguém.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná um requerimento pedindo que a nossa Assembléia encaminhe à Comissão da Agricultura da Câmara Federal a preocupação dos produtores do estado do Paraná com o custo de produção. Nós tivemos, Srs. Deputados, nos últimos anos, um acréscimo no custo dos fertilizantes que gira na casa de 57%, sendo que o fertilizante é um insumo importado. Com isto, naturalmente, com a valorização do real, o preço dos insumos no Brasil deveria baixar, porque o preço do fertilizante, do adubo, é cotado em dólar; e como o dólar enfraqueceu perante o real, o preço dos fertilizantes deveria ter diminuído, Sr. Presidente.

Se nós analisarmos, há pouco mais de 2 anos nós tínhamos o dólar, que era cotado a mais de R\$ 3 aqui no Brasil. E neste tempo a desvalorização aconteceu e hoje US\$ 1 vale R\$ 2, com isso, fazendo com que a agricultura do nosso país caminhasse para o sentido da inviabilidade. Com o aumento do fertilizante, na casa dos 57%, o produtor planta sua safra e no final, mesmo tendo os preços da soja, do milho, no mercado internacional recebendo um acréscimo no preço, não é o suficiente para fazer com que a atividade possa ser viável no nosso estado do Paraná e naturalmente no nosso país.

Com isto, Sr. Presidente, estou pedindo à nossa Casa, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que encaminhe ofício à Comissão de Agricultura que estou sabendo vai se fazer uma Audiência Pública convidando os importadores de fertilizantes do Brasil para discutir este aumento, que tudo indica não é o aumento natural. Tem alguma coisa errada no aumento do preço dos fertilizantes, repito, porque o dólar enfraqueceu, o fertilizante é cotado em dólar e naturalmente não é possível nós termos o aumento de 57% nos fertilizantes no nosso país.

E também pedindo para que seja oficiado o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, para que tome conhecimento do caos que está se tornando a agricultura no Brasil, novamente, por causa do custo dos fertilizantes. E também o encaminhamento ao Secretário Nacional da Política Agrícola, o Sr. Edílson Guimarães, que é o representante da área econômica, que discute-se a formação de cartel, trustes e outras coisas mais que acontecem com determinados segmentos do nosso país.

Desta forma, acredito, poderemos dar nossa colaboração para que o governo federal possa tomar pulso e

punho à frente desta barbaridade que está acontecendo com a agricultura no nosso país.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto à tribuna na tarde de hoje para fazer mais uma análise clara das ações do governo e da forma como o governo Roberto Requião trata esta Casa, de forma especial os Srs. Parlamentares.

Em outras oportunidades o governo encaminhou para cá mensagens tentando diminuir os poderes e as prerrogativas do Parlamento estadual. Como é o caso da criação dos cargos ou da multiplicação dos cargos em comissão, que a bancada da Oposição, de uma forma inteligente e sábia contestou, argumentou, fez a defesa intransigente daquilo que pensa e lamentavelmente perdemos no Plenário. Tivemos que recorrer à Justiça, em uma ação de inconstitucionalidade.

Mais uma vez, Deputado Romanelli, V. Exa. que é o Líder deste governo, eu gostaria que aqui estivesse também a Deputada Beti, que é Presidente da Comissão de Orçamento, o governo incorre num erro gravíssimo. Quero crer que não seja até de iniciativa do próprio Governador, mas da sua equipe que, no meu entendimento, é falha e deixa muito a desejar, mandam para esta Casa a peça que, com certeza, é a essência de tudo aquilo que vai acontecer no estado no ano de 2008: mandam para cá a LDO.

Lamentavelmente, Srs. Deputados, o governo manda o Projeto nº 263, que dispõe sobre diretrizes para elaboração orçamentária do exercício de 2008. A LDO encaminhada a esta Casa não obedece aos dispositivos constitucionais. Ela é falha, tem vícios na sua origem, não obedece aos dispositivos da Constituição Federal e aos dispositivos da Constituição Estadual.

O artigo 165 da Constituição Federal diz: *Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão em seu inciso II a Lei de Diretrizes Orçamentárias; compreenderá metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital, para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da lei orçamentária anual; disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financiadoras oficiais de fomento.*

Srs. Deputados, ocorre que a Constituição Estadual, em seu artigo 133, referendando ou se submetendo àquilo que já estabelece a Constituição Federal, diz o seguinte: *Artigo 133. Leis de iniciativa do Poder Execu-*

tivo estabelecerão: Parágrafo 3º. A lei de Diretrizes Orçamentárias de caráter anual compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual direta e indireta.

Ocorre que o artigo 2º da Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhada pelo Poder Executivo, transfere para o projeto do plano plurianual, Srs. Deputados...

Vou falar no horário do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. está no horário do PSDB.

Passa a usar o Horário da Liderança do PSDB

O SR. ADEMAR TRAIANO

...que transfere para o plano plurianual, somente será encaminhado no final de setembro. A definição das metas, prioridades da administração pública estadual para o exercício de 2008 que, obrigatoriamente, deveriam estar estabelecidos e vir estabelecidos na LDO, por força dos dispositivos constitucionais transcritos, nesta tarde, pela leitura que acabei de fazer.

Não se diga, Srs. Deputados, que no biênio de aprovação no plano plurianual as definições das metas e prioridades da administração pública poderiam deixar de constar da LDO. Não há exceção constitucional nesse sentido. Portanto, Srs. Deputados, Sr. Líder do Governo, Presidente da Comissão de Orçamento, é impossível esta Casa fazer a análise da LDO sem que o Governo encaminhe aquilo que deva cumprir os preceitos constitucionais, que é estabelecer o plano de metas para que possamos analisar, com todo critério possível, a LDO, nesta Casa.

No ano anterior, temos aqui cópia da LDO, o governo encaminhou, fez um relato sucinto de todos os planos de metas que iriam acontecer neste ano de 2007. Portanto, perfeitamente enquadrado. Agora, neste ano, lamentavelmente, o governo fere princípios constitucionais, não traz no bojo do projeto da LDO esse plano de metas e, portanto, se torna impossível a esta Casa fazer essa análise da LDO sem que o governo remeta para esta Casa uma análise ou uma relação sucinta dos planos de metas estabelecidos para que possamos fazer a análise da LDO.

Srs. Deputados e Sr. Presidente: o Chefe do Poder Executivo descumpriu determinantemente a Constituição, todavia, poderá o Governador sanar esse erro, a inconstitucionalidade verificada mediante o encaminhamento de mensagem para emendar o projeto da LDO em conformidade com o artigo 134, parágrafo 5º da Constituição Estadual, porque não cabe a este Parlamento fazer as emendas, porque é de iniciativa do Poder Executivo estadual.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço um apelo - até porque os prazos já foram estabelecidos pela Presidente da Comissão de Orçamento desta Casa, se não me falha a memória no dia 03 de maio, para que os

Srs. Parlamentares possam emendar a LDO - solicito e faço um apelo para que se remeta o projeto da LDO ao Poder Executivo para que faça o saneamento dos erros aqui verificados e encaminhe-se novamente à Assembléia e se abram novos prazos, para que possamos assim então apresentar as emendas necessárias à Lei de Diretrizes Orçamentárias deste estado.

Se isso não ocorrer, com certeza o Poder Executivo estará incorrendo em erro e abrindo um grande precedente para que possamos novamente argüir a inconstitucionalidade dessa lei, e que não é bom nem para o Executivo, nem para este Parlamento estadual e nem para os paranaenses.

Faço esse alerta, Deputado Líder do nosso glorioso governo Roberto Requião. Faço esse apelo para sanar esse erro que é grave, mas aqui nesta Casa há Parlamentares experientes, conhecedores da causa, que conhecem muito bem a legislação, as Constituições Estadual e Federal, aqui estão para exercer o papel de fiscalização e de cobrança das peças falhas que o governo possa apresentar para este Parlamento.

Era isso que tinha a dizer e agradeço pela atenção dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: permito-me neste momento, ler o meu pronunciamento.

(Lê):

“Ocupo esta tribuna hoje, com um objetivo que jamais imaginei necessário a um Deputado de Oposição: defender meus Pares da Situação.

Com efeito, Srs. Deputados desta Casa, mais uma vez os Parlamentares da Situação se vêem na desagradável situação de serem criticados publicamente pelo Governador a quem dão sustentação, apesar de suas posturas.

Um dito popular bem humorado cabe bem neste momento: “Com o amigo que V. Exas. têm, nem precisam de inimigos.” Aliás, nem de Oposição.

Na “escolinha” da terça-feira que passou, o Governador Roberto Requião, talvez cansado de agredir os seus adversários prediletos, o ex-Governador Jaime Lerner e os Deputados que lhe fazem oposição aqui e em Brasília, voltou seu conhecido humor cáustico contra os próprios companheiros. Ridicularizou perante os “milhões” de telespectadores que ele julga ter na “escolinha”, os Deputados de sua base de apoio nesta Casa.

Certo de que não haveria reação às suas gracinhas dirigidas aos Deputados ausentes da aula que semanalmente ele ministra, exagerou nas críticas, a ponto de propor premiação aos Parlamentares que freqüentarem a

“escolinha” por 4 aulas consecutivas. Promete dar um carro a esses “alunos” que preenchem a cota de frequência.

Essa brincadeira de mau gosto do Governador, como tantas que ele faz, é o testemunho do ridículo de suas aulas. Não fossem elas obrigatórias e agora aceitando com distribuição de prêmios, certamente a lista de presença teria poucas assinaturas. Igualmente os aplausos seriam escassos, o que aumenta o constrangimento a que se submetem todas as terças-feiras, os principais escalões do governo, ameaçados de despejo dos cargos que ocupam, caso não aceitem a vexaminosa situação durante duas horas, semanalmente, ficarem ouvindo um show de sandices, e aplaudindo explosões de ódio com as quais podem não concordar. Certamente ao final da longa penitência terão expiado eventuais pecados mas, em contrapartida, saem com o amor próprio ferido pelo tratamento a que são submetidos. Acresça-se a isso a disputa entre Secretários e Diretores de autarquias pela ocupação das cadeiras de primeira fila para mostrar a importância que têm no governo. Um espetáculo dantesco de vaidade e submissão. Com o microfone na mão compensa a sua frustração de não ter sido um Sílvio Santos, um Leão, um Ricardo Chab ou o nosso Ratinho, sua verdadeira vocação. Fala o que quer, num monólogo muitas vezes irritante.

Nesta terça que passou, nem a presença do seu Líder nesta Casa, o Deputado Romanelli, que se diga a bem da verdade, tentou sair em defesa de seus comandados, Requião respeitou. Chamou-os de ‘pouco afeitos ao trabalho’, para usar uma expressão delicada. No popular, a expressão é outra! Nem o reconhecimento pelas situações que seus Parlamentares são obrigados a enfrentar diuturnamente nesta Casa, defendendo por vezes o indefensável, cobrindo situações das quais prefeririam se omitir, como os acontecimentos na SANEPAR, na CEASA, no porto, nas divergências internas entre os subordinados do governo, eles mereceram. Frize-se a propósito ser esta a característica mais marcante do nosso governante: a de não reconhecer mérito em ninguém, apenas nos próprios feitos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Os Parlamentares da base de apoio a esse governo, submetem-se a tudo isso, para muitas vezes nem terem o direito sequer de opinar na indicação de um chefe de núcleo ou qualquer outro cargo em suas áreas de influência, na medida em que o Governador não aceita interferências.

Pelo respeito, que nós Parlamentares da Oposição temos pelos companheiros desta Casa, embora as diferenças de posições, a pergunta que fazemos é esta: vale a pena ser Situação e receber o tratamento que os senhores recebem?

Positivamente Srs. Deputados, é preferível continuar nesta trincheira que escolhemos, em que pelo menos nos fazemos credores do respeito dos nossos eleitores e do povo do Paraná.

Afinal, reconhecem eles que é preciso ter coragem para enfrentar um governador arbitrário, de posturas ditatoriais, qual um Hugo Chaves das Araucárias, cujo comportamento beira o desequilíbrio, lançando mão de todos os recursos a seu alcance, que não são poucos, para tentar desestabilizar seus oponentes.

Resta-nos para finalizar, a certeza de que, sem a obrigatoriedade exigida dos funcionários de primeiro e segundo escalões, agora estendida aos Deputados de Situação, a “escolinha” teria pouca frequência.

Outra certeza: a de que não vale mesmo aos senhores estarem presentes às aulas do professor Roberto, para preservar suas dignidades.

O que admira é que ainda haja gente que levante cedo para ver e ouvir as ironias, muitas vezes grosseiras, que o Governador distribui a torto e a direito, a menos que o programa matinal da TV Educativa esteja agora sendo assistido como um bom programa de humor.

Afinal, mesmo que sem graça, um tipo de humor é proporcionado aos telespectadores nas terças-feiras pela TV que ironicamente recebe o nome de Educativa.”

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Dirijo-me, Sr. Presidente, a este Plenário a fim de parabenizar o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Antonio Vidal Coelho, pela proposição encaminhada à Presidência desta Casa pela criação da 2ª Vara da Comarca de Irati. Ao mesmo tempo, agradeço ao Sr. Presidente a gentileza e a forma como recebeu a toda a área do Judiciário de Irati, ao Meritíssimo Juiz de Direito, ao Prefeito Municipal, ao Presidente da OAB e a toda comitiva.

Estejam certos, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que a proposição ora colocada é da mais alta relevância para as cidades de Irati e Inácio Martins e, certamente, desafogará e agilizará os processos que hoje se encontram parados por falta de material humano que possa analisá-los e dar o andamento que a população tanto carece. Na cidade de Irati, Sr. Presidente, hoje temos para análise em torno de 16 mil processos, o que além de sobrecarregar nossa Justiça, deixa também as pessoas na expectativa e na angústia de ver os seus problemas solucionados. Com a criação de uma 2ª Vara em Irati, criar-se-ão cargos de Juiz de Direito e dois de Oficial de Justiça.

Trata o item nº 13 da 1ª discussão do Projeto de Lei nº 189/07. Esse projeto de autoria do Poder Judiciário do Estado do Paraná propõe alteração no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado e seu objeto princi-

pal é a criação da 2ª Vara Judicial da Comarca de Irati. É uma proposição de suma importância e tenho certeza que todos os Deputados aqui presentes concordarão com a pertinência da matéria. É de todos o interesse em dar celeridade à Justiça.

A 2ª Vara terá por função desatar os nós que amarraram o bom andamento dos trabalhos da comarca de Irati, que conta no momento com o esforço do Meritíssimo Sr. Fernando Eugênio Martins, Juiz de Direito, para atender com efetividade as cidades de Irati e Inácio Martins. A Emenda Constitucional nº 045, de 08 de dezembro de 2004, que trata da reforma do Poder Judiciário, acrescentou o seguinte inciso ao artigo 5º da Constituição Federal: *A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.*

O novo dispositivo põe em nível constitucional o direito individual fundamental à rapidez na tramitação dos processos judiciais e administrativos, pois se vê que o projeto em discussão trata justamente da medida de responsabilidade do estado em promover o bom funcionamento da Justiça, proporcionando aos cidadãos os recursos materiais e pessoais adequados para que tenham os seus direitos respeitados e garantidos, tal e qual as leis brasileiras lhe conferem. É pelos cidadãos dos municípios de Irati e Inácio Martins, bem como pelos cidadãos de todos os municípios que integram a região centro-sul do Paraná, que peço aos Exmos. colegas a aprovação da criação da 2ª Vara Judicial da Comarca de Irati.

Agradeço pela atenção ao Presidente, as Sras. e aos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ACCORSI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu queria notificar a presença dos Vereadores de Alto Paraná: o Josenei, Presidente da Câmara; o Paulo Sérgio Avanço; o João dos Santos; o Osvaldo da Silva; o Wanderlei, representando aqui hoje o Rotary, que vieram em uma reunião na Secretaria de Segurança; o Taylor, do Lions; o Carlinho Fraga, que representa a comunidade de Alto Paraná; e o Eduardo, Presidente Universitário da cidade.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos aqui à nossa Casa.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para anunciar a presença entre nós do Prefeito de Sabáudia, o Almir, que também nos visita esta tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Seja bem-vindo, Prefeito.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Ilmo. Sr. Célio Rodrigues, Presidente da Federação Brasileira de Muay Thai e campeão mundial de Muay Thai.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Seja bem-vindo à Casa.

Com a palavra, no Grande Expediente, o Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Utilizo a tribuna, no Grande Expediente, para falar hoje sobre saúde, na verdade o melhor seria dizer falta de saúde.

Hoje a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa estará apresentando um parecer sobre a visita que fizemos aos hospitais de Ponta Grossa e da região dos campos gerais, algo inédito feito por uma comissão, fazendo suas diligências, fazendo uma vistoria técnica, conversando com médicos, com os Diretores.

Vou apresentar, Sr. Presidente, nesta tarde, um vídeo de apenas 5 minutos, mostrando a real situação da saúde pública na cidade de Ponta Grossa, principalmente na Santa Casa...

O Sr. Antonio Belinati (PP) (**Aparte - Assentimento**)

Deputado Marcelo Rangel, antes que V. Exa. exiba o vídeo, queria registrar também a presença de alguns servidores da área da saúde, do SINDISAÚDE, que continuam aguardando que o Secretário da Saúde suspenda aquela medida autoritária de descontar dos servidores que não estão cumprindo jornada de 40 horas. Acho que foi uma medida truculenta, violenta e autoritária do Secretário da Saúde e esperamos que o Sr. Secretário cancele esse desconto, porque o servidor, Deputado Marcelo Rangel, já ganha tão mal, o servidor da área da saúde, e ainda descontar de quem não está cumprindo jornada de 40 horas! 30 horas, eu acho que está excelente ao cumprimento dessa jornada. É uma injustiça, é uma judiação maltratar dessa maneira o servidor da área da saúde. Então, que o Secretário volte atrás e suspenda o desconto.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito bem lembrado, Deputado Belinati. Também saúdo todos os servidores, os enfermeiros, os servidores públicos da área da saúde, inclusive, realmente estamos passando uma grande crise nessa área. E os servidores que trabalham sob estresse, muitas vezes em condições mínimas de trabalho, ainda estão sendo pressionados pelo

governo do estado, recebendo da Secretaria da Saúde cartinhas tentando impedir os profissionais de exercerem o divino direito de liberdade de expressão que vocês estão fazendo aqui na Assembléia Legislativa.

Gostaria de sugerir ao governo do estado que mandem cartinhas não para os servidores da área de saúde, não para os enfermeiros, e sim para os Diretores da SANEPAR, eles que recebem mais de R\$ 20 mil por mês, eles que mandem cartinhas pressionando a alta cúpula da direção da SANEPAR, porque lá tem problema e lá todo mundo sabe que tem problema, que cobrem a carga horária lá.

Mas, como eu estava falando, é importante o nosso trabalho, o trabalho dos Deputados Stephanes Júnior, Ney Leprevost, Douglas Fabrício. Estivemos na Santa Casa, estivemos visitando também os postos de saúde de Carambeí e eu gostaria neste momento que eles apresentassem o vídeo de apenas 5 minutos.

(Apresentação de vídeo referente a reunião da Comissão de Saúde, em Ponta Grossa e Carambeí)

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, gostaria também de registrar, embasando a nossa preocupação à reportagem da Rede Globo, ao meio-dia, falando sobre a falta de UTIs para bebês na região de Ponta Grossa, adiando partos prematuros na cidade.

Na cidade de Ponta Grossa e nos campos gerais faltam UTIs para bebês e os médicos estão adiando partos de crianças prematuras com remédios! Segundo reportagem da Rede Globo, a UTI da maternidade da Santa Casa de Ponta Grossa há uma semana está funcionando num espaço improvisado.

Concedo o aparte ao Deputado Elton.

O Sr. Elton Welter (PT)

Deputado, veja só, o diagnóstico clínico de autorizar um parto é do médico. É melhor que o nenê esteja na barriga da mãe para ele não ser prematuro, para ele conseguir nascer com os 9 meses. Esse diagnóstico é do médico e se não há, eventualmente, UTI disponível, existe a central de leitos. O que precisava era fazer um levantamento de quantos leitos de UTI tinha em 2002 e quantos têm hoje, quantos leitos foram aumentados? Sei que muitos leitos foram criados, existem problemas na saúde, eu vejo que os gastos com saúde têm aumentado gradativamente no estado e vejo que as denúncias têm que ser feitas, naturalmente, mas quem define quando um filho nasce, quando é parto de risco, é o médico.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Elton Welter, não temos problemas na saúde em Ponta Grossa. O nosso estado é catastrófico, é caótico, isso nós pudemos constatar com a comissão. Foram 4 Deputados e Deputados da Situação também que participaram da visita. Só para vocês terem uma

idéia, não temos leito comum, estamos falando de UTIs, mas não temos leito normal para atender!

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Estava atento e prestando atenção ao belo documentário que V. Exa. fez, denunciando problema na saúde nos campos gerais e que não haveria mais nenhuma vaga. Se um só nascimento acontecesse, essa criança ficaria sem os cuidados necessários. Essa criança nasceu. “Bebê nasce sem vaga na UTI” - Gazeta do Povo de hoje, dizendo que a empregada doméstica Vilmara da Luz de Oliveira estava tendo o parto inibido com medicamentos desde terça-feira, para que uma vaga fosse aberta e isso não aconteceu. A criança nasceu e está sem os cuidados. Então o problema continua caótico, realmente, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Mas, Deputado Ribas Carli, por incrível que possa parecer, para o governo as coisas estão boas. Para o governo não tem problema nenhum, tanto é que ontem eu fiz um requerimento que foi rejeitado aqui na Assembléia Legislativa, com diferença de apenas 1 voto, 22 a 21 e com a colaboração de um Deputado que mora em Ponta Grossa e sabe muito bem do que eu estou falando. Votou contra Ponta Grossa, votou contra o Hospital Bom Jesus e dessa comissão nós tiramos as seguintes conclusões: que precisaríamos fazer imediatamente alguma coisa através da Assembléia Legislativa, através das Comissões Permanentes, para fazer com que o governo se sensibilize, mas me parece que essa palavra mudou o significado, porque há 1 ano atrás, o Secretário Sr. Cláudio Xavier prometeu à Ponta Grossa mais 17 leitos de UTI imediatamente, mas o imediato passou.

Concedo aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Eu estive nessa visita e constatamos as dificuldades que passam as pessoas que dependem da saúde pública na região dos campos gerais, mas isso não é um privilégio só da região dos campos gerais. A nossa região de Campo Mourão também tem enfrentado seriíssimos problemas nesse sentido. Eu fiz uma visita ao Secretário Cláudio Xavier para que ele pudesse ir a Campo Mourão conversar com as lideranças, com as pessoas que se preocupam com a questão da saúde e ele deu a palavra dele que iria a Campo Mourão, mas até agora não tivemos essa visita.

Então, ouço o seu pronunciamento e fico preocupado com a saúde pública no nosso estado, porque o que tem de mais importante para as pessoas, é a vida. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Douglas Fabrício, acredito que a nossa comissão também vai fazer uma diligência, uma vistoria,

umas visitas nos hospitais da região de Campo Mourão. Quero agradecer ao senhor, o senhor viu, o senhor esteve lá no Centro de UTIs e viu que não tinha uma vaga sequer e pessoas estão morrendo na fila.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Meu caro Deputado, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que V. Exa. está exercendo aqui nesta Casa. Há pouco eu andava no corredor, descia da CCJ e encontrei uma pessoa do governo e essa pessoa reclamava da Oposição. Eu disse para ele que não estávamos fazendo nada mais, nada menos do que a nossa obrigação, fazendo oposição com competência, com inteligência e principalmente com vontade. Se você não tem vontade para ir em busca do problema, para mostrar o problema, o que acontece? O que eu acredito que é o maior equívoco deste governo? É a forma com que o Governador trata seus subordinados. Eles não respeitam o Governador, eles temem o Governador. Ao ter medo do Governador, eles têm medo de contar a realidade. Eles montam aquela “escolinha” e agora, pelo jeito, o público está ficando menor, porque agora ele já está dando prêmio para quem vai à “escolinha”. Vai ter sorteio de ambulância para os Deputados que forem à “escolinha”. O que acontece? Se no particular o Secretário não tem coragem de dizer para o Governador as dificuldades que ele enfrenta na pasta, imaginem na hora em que ele fica na frente da TV Educativa e vai ser mostrado para o Paraná e para o Brasil. Aí, ele mostra a saúde do Paraná para o Governador, não pelo respeito, pelo temor, pelo temor ele mostra a saúde da Suíça, quando nós sabemos que o que está acontecendo em Ponta Grossa acontece em Campo Mourão, em União da Vitória, em Francisco Beltrão, em Pato Branco, no Paraná inteiro! Não há região diferente da de V. Exa.

Então, espero que o Governador um dia faça uma “escolinha” e leve os Deputados de Oposição. Não tenho dúvida que V. Exa. terá coragem de dizer ao Governador o que está errado, criticar; o que está certo, elogiar.

Cumprimento V. Exa. Continue nessa caminhada que certamente V. Exa. está contribuindo em muito para o trabalho do Legislativo deste estado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Obrigado Deputado Rossoni.

Eu só queria falar a respeito da “escolinha”, porque saiu essa história de que o Governador está fazendo sorteio de ambulâncias para os Deputados que forem visitar a “escolinha”, que participarem do evento. Aliás, cada “escolinha” custa aos cofres públicos mais de R\$ 80 mil de transmissão e não tem professor. Quero dizer o seguinte: que talvez isso seja uma brincadeira. Eu acredito que realmente seja uma brincadeira, porque o Governador é extremamente brincalhão. Agora, se for verdade, gostaria de participar desse sorteio, porque fui para Paranaguá, a convite da Assembleia Legislativa e infelizmente descobri que lá em Paranaguá, era na verdade, uma

grande “escolinha” do governo. Eu estava lá participando: puxa, estou na “escolinha”! Então, participei da “escolinha” e gostaria de participar do sorteio da ambulância, porque em Ponta Grossa está precisando, precisa muito, porque só tem uma UTI móvel para atender 30 municípios.

Vou permitir aparte ao Deputado Jocelito Canto. Quero agradecer ao senhor, quero deixar registrado porque sei que V. Exa. utiliza a estação de rádio e é importante deixar registrado. O senhor votou a favor do meu requerimento com base no que o senhor conhece da região de Ponta Grossa, do hospital Bom Jesus, do hospital Santa Casa. O senhor e o Deputado Plauto, mas aqui, numa prática deslavada, clara, de fisiologismo, um Deputado de Ponta Grossa votou contra o patrimônio e contra os seus eleitores.

Deputado Jocelito, gostaria de deixar o senhor bem à vontade.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Marcelo Rangel, o que V. Exa. traz aqui hoje, o filme que V. Exa. passa, esse pequeno vídeo, é o filme que vimos há 6 meses, exatamente no período da eleição. Naquele período havia muitas críticas à saúde. Fizemos algumas reuniões e naquela reunião o Secretário Xavier determinou que algumas medidas de urgência deveriam ser colocadas em Ponta Grossa, dentre elas as UTIs móveis passariam para 3. Até que me digam o contrário, eu sei que existem duas hoje, a não ser que nesses últimos dias tenham tirado a segunda.

Havia um compromisso do governo de colocar mais 20 leitos de UTI, inclusive o hospital Bom Jesus que V. Exa. visitou, está com um departamento pronto, um local para receber os seus 5 leitos de UTI. O hospital Santa Casa, onde V. Exa. esteve na neonatal, naquele local, comporta mais 4 leitos de neonatal. é só colocar. O hospital Santa Casa, onde V. Exa. esteve, naquele local, lá cabem pelo menos mais 10 leitos de UTI, todos dependendo apenas de recursos financeiros e dos equipamentos. O que está faltando? Primeiro, falta recursos que não foram repassados aos hospitais para colocar e custear, porque não é só levar o equipamento, é o custo mensal dessas UTIs.

Arrepiem os senhores, não sei se não viram a notícia nacional, hoje, porque ouvi falar que a Rede Globo esteve na regional de saúde, em Ponta Grossa. Hoje de manhã, após eu falar no rádio, que esses leitos de UTI que estão faltando, que V. Exa. reclama, estão parados por mais de 3, 4 meses em salas improvisadas, em caixas, na regional de saúde de Ponta Grossa, em auditório, em sala de reuniões, em vários lugares da regional da saúde estão armazenadas essas UTIs que V. Exa. reclama e que lá atrás o Secretário havia prometido, estão colocadas lá em Ponta Grossa, há mais de 4 meses dentro da regional de saúde. Então, os leitos estão lá, falta apenas colocar. O governo não acertou com as instituições, estão lá em caixas. Enquanto isso, vemos aqui a notícia da Gazeta do

Povo, que se inibe a vinda de bebês porque não tem as UTIs.

Claro, Deputado Marcelo, que o estado nessa questão de UTI fez alguns investimentos. O Deputado Welter lhe perguntou: “Quantos leitos de UTI tinha em 2002?” Em 2002 tinha 17. Hoje, tem 40, V. Exa. constatou. Em Castro foram colocados mais 9 e em Telêmaco Borba, que iria fechar as UTIs, o Governo está bancando aquelas 10 UTIs.

Além disso, o governo do estado, não é só desgraça, também autorizou a radioterapia e a quimioterapia que não existiam em Ponta Grossa, autorizou a reabertura do hospital Franco da Rocha, o Hemocentro e também está construindo o hospital regional. Essa sim, acho que é a grande obra para todos nós daqui a pouco.

Queria contribuir com o seu depoimento dizendo que o filme que V. Exa. mostra é o filme que eu vi há 6 meses atrás, indo pessoalmente lá, e que havia um compromisso do governo que isso iria acontecer. As UTIs estão lá, não sei por incompetência de quem que as UTIs estão lacradas, estão nas caixas, e hoje a Gazeta publica que os médicos estão inibindo a vinda de crianças por falta de UTI.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Incompetência, negligência e inadiplência, porque o governo do estado está devendo quase 1 milhão para o hospital Bom Jesus, desde 2003. Credenciou as UTIs e não pagou, Deputado Claudio Romanelli.

Deputado Romanelli, V. Exa. tem a palavra.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Fico muito grato, Deputado Rangel, porque V. Exa. com a sua jovialidade - no sentido de ser jovem e ter essa vontade enorme de fazer as coisas certas - mas V. Exa. até por conta do processo de renovação da política ponta-grossense, pôde ser eleito Deputado.

Chega, é claro, com muita vontade. V. Exa., claro, participou da vida comunitária de Ponta Grossa e acompanhou nos últimos anos, o que tem acontecido.

V. Exa. sabe, o governo do estado está auxiliando o Prefeito Pedro Wosgrau a construir um hospital infantil em Ponta Grossa. Eu que não sou de Ponta Grossa sei que está sendo construído um hospital infantil que está quase pronto. O governo do estado está construindo um hospital regional, que é um belíssimo projeto e quando estiver funcionando vai ser espetacular. Vai ter o hospital regional. As UTIs, todas elas estão inclusive em Ponta Grossa. Por que não estão instaladas? Porque é a velha história: no nosso país, temos uma rede hospitalar privada, os hospitais privados de Ponta Grossa não fizeram as reformas necessárias para receber as UTIs.

O governo pode pagar? Pode, quando as UTIs estiverem funcionando.

Entendo que V. Exa. receba reclamações, o problema da área da saúde é um problema que temos que

enfrentar. O governo está enfrentado com competência, está fazendo os investimentos necessários. Se nós estivéssemos de braços cruzados, se o hospital infantil não estivesse sendo construído, se o hospital regional não estivesse sendo construído, se as UTIs não estivessem lá esperando os hospitais privados fazerem as reformas, certamente teríamos muito menos ênfase no seu pronunciamento.

Para mim é muito honroso inclusive defender a gestão do Secretário Cláudio Xavier. O Secretário da Saúde é um homem de bem, é um profissional que conhece profundamente o tema, ele tem efetivamente trabalhado muito para melhorar o atendimento à saúde do nosso estado. E nós vamos, a cada dia que passa, melhorar isso.

Não é possível, V. Exa. apresentou aqui um vídeo - aliás, entendo a boa intenção - mas um pouco incompreensível, porque acho que é necessário fazer uma radiografia, é necessário levantar as demandas. Nós temos um cronograma de execução das obras. V. Exa. foi ao canteiro de obras visitar o hospital infantil, foi visitar a construção do hospital, foi visitar a secretaria.

(Tumulto em plenário)

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Gostaria de fazer um parêntese Deputado, que o senhor me deu uma ótima idéia. Vou com a Comissão de Obras. E mais, segunda-feira vou fazer um requerimento aqui na Assembléia Legislativa e gostaria que a base da Situação aprovasse, porque não aprovaram o meu requerimento ontem. Recebi aqui uma carta que diz: “Marcelo, você não disse o nome do Deputado que votou contra e é de Ponta Grossa”. É o Deputado Péricles. Todas as nossas atitudes aqui são públicas. O senhor me deu uma grande idéia, Deputado. Vou fazer um requerimento na segunda-feira para saber quando o hospital regional estará funcionando, é funcionando, não é parede, quero saber se vai ter médicos, quero saber se vai ter enfermeiros, se vai ter equipamentos e se o governo vai mandar o dinheiro, porque até hoje ninguém falou de onde vem o dinheiro. E se não pagam R\$ 900 mil para o hospital Bom Jesus, vão pagar aqui o funcionamento do hospital regional.

Quero saber através de requerimento quando o hospital da criança estará funcionando.

Deputado Plauto, concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Plauto Miró (Democratas)

Queria aqui inicialmente apoiar o seu pronunciamento, o trabalho que fez à frente da Comissão da Saúde.

É isso, a cobrança é feita há muito tempo. Se traz o problema, os jornais publicam, é relatado aqui, fica tudo isso nas notas taquigráficas.

Agora, essa conversa que os representantes do governo aqui fazem, faz 5 anos que eu escuto. Foi lá no início do primeiro governo de Roberto Requião, Gover-

nador do Estado do Paraná. Desde lá falam da melhoria, falam de UTI, UTI Neonatal, UTI Pediátrica, valorização para os profissionais da saúde. E olha, estão no segundo mandato consecutivo, quinto ano de mandato! Infelizmente, a nossa cidade a cada dia tem problemas maiores na área da saúde. O nosso curso de Medicina que ficou no papo, foi destruído pelo atual governo. Não se ouviu falar mais nada e quem perde? Nós, ponta-grossenses, nós, moradores dos campos gerais, nós, paranaenses.

Espero que saia da conversa e vá para a prática, porque até agora muito pouco foi feito, mas divulgação, bastante!

Obrigado!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Com relação à área da saúde, gostaria de dizer o seguinte: os senhores estão sendo pressionados e eu tenho ciência, sei do problema que vocês estão passando. Sei das cartinhas que o governo está mandando para os postos de saúde. Quando o governo corta direitos de servidores, de profissionais da área da saúde, está cortando remédio e o remédio essencial para a vida humana, que é o trabalho de um profissional da área da saúde.

Estamos perdendo pacientes, cidadãos paranaenses, por falta de UTIs, por falta de leitos, por falta de medicamentos, por falta de atenção. Sr. Governador, este microfone tem um poder, é impressionante, estou falando com o senhor, Governador, Sr. Governador Roberto Requião, Governador do estado do Paraná.

Talvez eu saiba um remédio para resolver tudo isso. Remédio é amargo, mas é necessário: troca o Secretário!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança do PMDB, concedemos a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tem um dito popular que diz que em política a gente só não vê cavalo voar. Mas, eu estou vendo, aqui, uns potrinhos batendo asas.

Olha, Sr. Presidente, não sei se estou enganado, mas eleições para as prefeituras serão realizadas no ano que vem. Mas, aqui, companheiros, acho que já estamos vivendo o primeiro capítulo das eleições de Ponta Grossa, pelas agressões feitas agora pelo Deputado que estava na tribuna a um companheiro dele, lá da cidade.

Eu vejo o Deputado Elio Rusch e quero dispensar a preocupação em defender, pelo menos a mim, companheiro do Requião, Líder da Bancada do PMDB, eu não preciso da defesa de ninguém da Oposição. Nós somos

capazes, sim, de nos defender e termos permanentemente compromisso com a verdade. V. Exa., Deputado Elio Rusch, não ficou bem lendo aquilo que lhe escreveram. Quem até hoje não entendeu que o Governador Roberto Requião faz da ironia uma grande arma para aquilo que pretende, não vai entender nada daquilo que está acontecendo.

Mas, eu estava vendo que ontem, por exemplo - até iria levantar uma questão de ordem, Sr. Presidente - tenho visto meu amigo combativo, Deputado Valdir Rossoni, toda hora fazendo receituário médico: “não faça isso, que você vai se estressar, não faça aquilo”; temos o aconselhamento do discípulo de Frei Galvão, o Elio Rusch, querendo dizer para o governo aquilo que temos que fazer; o Rossoni entra fazendo receituário para o Romanelli e para outros...

Este menino, caro Deputado de Ponta Grossa - viu Deputados Jocelito, Plauto e Péricles que são de lá - me parece que é assim: estamos vivendo no caos. Depois que o governo Lerner saiu daqui, nós paranaenses fomos submetidos a um dilúvio! O Paraná não existe mais, foi destruído, Deputado Nereu Moura, eles ficaram tantos e tantos anos no governo e não resolveram os problemas, não.

Deputado Jocelito, estou aqui ouvindo, o Deputado na tribuna disse o seguinte: “olhe, existiam 17 UTIs, está piorando tudo!” Vem o Jocelito e fala: “agora tem 40 UTIs!” Então, eu pergunto: melhorou o atendimento na área de saúde lá em Ponta Grossa? O Jocelito falou: “melhorou. Não é o ideal, mas melhorou!”

É aquilo, Sr. Presidente, eu me lembro de um adversário nosso quando tínhamos acabado - eu era Secretário dos Transportes - de asfaltar 55 quilômetros de estrada, em um trecho, com o melhor asfalto, tecnicamente, que nós temos. Pois bem, lá pelas tantas, sei lá, no km 51, apareceu um pequeno defeito, e lá vem alguém falando que nada se fez, que aquilo que se fez está mal feito, porque já tinha um buraco lá.

Outro dia estava falando do Brizola, aqui. Todo mundo: “olha a insegurança do Rio de Janeiro com esse Brizola, esse comunista que quer fazer a reforma agrária!” A Direita espumava de ódio. O Brizola saiu do governo e a segurança do Rio de Janeiro é uma porcaria! Então, não é uma questão do ocupante. Eu defendo, sim, o Requião!

Quero fazer um elogio à Gazeta do Povo. Primeira página: *Delazari pede que Operação Furacão investigue no Paraná Desembargadores, Juízes, ladrões aqui do Paraná*. Eu não ouvi nenhuma palavra dessa bancada de Oposição combatendo a jogatina, a roubalheira. Aí, viu Marcelo Rangel, se você quisesse pegava alguém, ia lá na porta de um bingo e filmaria uma velhinha dizendo que tiraram a única atividade que ainda lhe dava prazer, que era jogar no bingo. Essa que é a verdade.

Sr. Presidente, depois, Deputado Mohamad, Dobrandino, Nishimori, não querem que falemos daquilo que passou. Amanhã, a SANEPAR estará aqui. A

SANEPAR estava sob controle alienígena! Não é como esse Deputado da extrema Direita, outro dia, quando o Stephanes chegou ao Ministério, falou: “Caiu o Ministério na mão de um aborígene!” Ele não sabe o que é aborígene, ele quis dizer alienígena e se confundiu todo.

O mundo não começou com V. Exas. que estão aí, não! Tem muita coisa. A SANEPAR, hoje, tem 280 mil famílias que se beneficiam do Luz Fraterna. São 1 milhão 120 mil pessoas, na média. Sabe porquê? Porque aqui nesta Casa, aí nas ruas, nós mobilizamos o povo, organizamos o povo para que não destruíssem um patrimônio que foi construído pelo povo do Paraná, por todos os Governadores, sem exceção.

Deputado Nereu, muitas vezes, quando vou usar da palavra, vocês dizem: “Já vem o Waldir com o neoliberalismo!” Pois é, eu combato o câncer, aliás, o neoliberalismo é pior do que o câncer: fabricante de fome, miséria, desemprego, de salários ruins. Por que a verdade salarial do país é ruim? Porque todos os dias, nós brasileiros, continuando naquela caminhada de subserviência ao grande capital financeiro, temos que pagar R\$ 500 milhões todos os dias. Aqui no Paraná, quando falamos isso, ficam bravos.

Vocês, que tem o meu respeito, do SindSaúde, vocês sabiam que o governo anterior, depois da sua turma “comer o fígado do BANESTADO”, foram lá em Brasília e pegaram R\$ 5 bilhões e 600 milhões emprestados? Pois bem, pegamos em nome do Paraná, R\$ 5 bilhões e 600 milhões; pagamos R\$ 5 bilhões e 400 milhões e estamos devendo R\$ 9 bilhões e 100.

Vocês, meninos que estão começando uma caminhada longa dentro da atividade mais do que meritória que é ser jornalista, muitas vezes nem sabem disso. Então, o que procuram colocar na cabeça dos Deputados do governo? “Não falem do passado”. Ora, espera lá. Os índios muitas vezes quando vão pescar levam os ossos dos antepassados para a pescaria. Quem não tem raiz, não está com nada!

Então, estava vendo o Plauto Miró, por exemplo, falando agora: há 5 anos. Então, ele botou o dedão, o bistruri, lá no governo Lerner, porque na minha matemática, temos 48 meses que são 4 anos e temos 3 meses já transpostos e mais o mês de abril que tende para a sua finalização. Então são 4 anos, 4 meses. É força de expressão? É força de expressão!

E quando o Requião ironiza e pergunta à imprensa, você vai lá terça-feira? Eu não!

Sou amigo e companheiro do Governador Requião; sou aquele que detém o caminhar que tenho de fazer. Dentro da bancada, sou bancada; dentro do partido, sou partido; dentro do governo, sou governo e sou Requião, sim.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI

Se V. Exa. quiser, pode usar o horário da Liderança do Governo, pela importância do pronunciamento que faz.

Passa a usar o Horário da Liderança do Governo

Agradeço. Para vocês que iniciaram, como o pessoal coxa-branca no outro dia: “uh, a bola não entrou!” Esse que é o problema.

Sabe, fui Prefeito várias vezes. Estava falando até como uma proposta que outros podem alcançar. Na última vez que fui Prefeito, dei 48 aumentos. Tinha uma defasagem que corrigi e todo o mês, com a inflação que vinha, eu cobria. Agora, veja bem: o Requião determinou através dos estudos que foram feitos e pela compreensão que ele tem da máquina administrativa, que poderá dar, sim, aos professores, um aumento de 17,2%. Bom, o que vai acontecer? No dia seguinte vamos ver manifestações contrárias.

O SR. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Me permite um aparte?

(Assentimento)

O projeto de lei não está ainda finalizado. Embora já tenha sido feita uma reunião hoje com a APP - Sindicato, mas, haverá um reajuste de 3,14% para todos os servidores do estado do Paraná e para cada uma das carreiras específicas haverá também uma correção de salários.

Quero dizer a V. Exa., que ouvimos aqui muita demagogia. Estão aqui os servidores da saúde, que sabem muito bem que na época do governo Jaime Lerner não tinha salário e que o nosso governo resgatou a dignidade, pelo menos, dos servidores, porque cada um dos senhores e das senhoras que estão aqui hoje, sabem que podem ir a uma loja fazer um cadastro e um financiamento, porque vão ter crédito, porque têm salário, ao contrário do governo Jaime Lerner que não tinha, que durante anos não tinha salário. V. Exas. devem contestar, sim, mas sabem muito bem da diferença substancial que tem este governo.

Obrigado, Deputado Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Deputado Romanelli.

Lembro-me, eu estava aqui falando aos professores. Saíram Marcelo Rangel, Péricles de Mello, Jocelito Canto e Miró Guimarães. Vocês lembram-se quando os professores saíram de Ponta Grossa e vieram a pé até aqui, para reclamar e reivindicar aquilo que era de direito deles? A reposição, na época, eu acho que batia na casa dos 53%.

Vi o choro de tanta gente. Aqui na Assembléia foi feita uma festa, mas eu vim para a tribuna e falei: cuidado com as bocas enganosas, porque se fala aquilo que bem se pretende falar em determinado momento! Mas, finalizou-se aquele governo sem dar 1 centavo de aumento para quem quer que seja.

Esse governo do Requião tem sensibilidade social, sim. Amanhã virá o pessoal da SANEPAR. Eles fizeram

um investimento de R\$ 500 milhões, recursos provenientes de várias fontes. A inversão de tantos recursos nessa área significa também investimento. É lógico que isso é discutível para quem quiser discutir, mas é uma baita de uma inversão no campo da saúde.

Esse governo - falo por mim, como Secretário dos Transportes - o Nelson Justus foi Secretário dos Transportes e se eu lhe perguntar você teve o tratamento que tive do governador da época? Ele vai dizer que não, porque apresentei um programa para ser desenvolvido, para o Governador Requião, ele acreditou naquilo que eu poderia fazer como seu Secretário. Nós fizemos investimentos maciços.

Aquele governo passado é o governo que entregou a SANEPAR para quem? Para os acionistas que só visavam o lucro. Se você vai fazer um investimento em uma pequena cidade, em um pequeno município, eles olhavam o retorno. Se não tinha retorno, eles não aplicavam nada. A COPEL era mais ou menos no mesmo sentido. O BANESTADO foi para o "espaço"! Hoje, estamos pagando por mês, no último mês pagamos R\$ 55 milhões e 200 mil, por causa do desmonte que foi feito no BANESTADO. Cinquenta e cinco milhões de reais por mês dariam para fazer investimentos maciços em todas as áreas.

É uma herança que tivemos e não ficamos choramingando, na lamentação. Buscamos caminhos alternativos, novas veredas por onde podemos transitar. Quando falamos do passado é porque ele tem que ser usado como exemplo, para o bem e para o mal.

Tenho visto, Sr. Presidente, aqui nesta Casa, uma radiografia que não é verdadeira, em relação àquilo que acontece no Paraná. Suponhamos que aquele Deputado que falou aborígenes, aqueles que vivem na Austrália - alienígena é aquele que vem de fora - esse grande representante da extrema direita que confundiu aborígene com alienígena, se viesse para cá um alienígena e ele entrasse aqui nesta Assembléia, vindo do espaço e entrasse aqui, ele sairia após ouvir os discursos desse pessoal que respeito muito, da Oposição. Ah, eles fugiriam no primeiro cometa que estivesse "dando sopa" por aí e iriam para o espaço falando: "aqui no Paraná não dá! Aqui, a vida foi destruída quando eles, sim, é que atacaram a água, as florestas e continuam a defender o neoliberalismo, na contramão de tudo aquilo que o planeta pede, que é respeito à vida". Sabe, esse alienígena fugiria do Paraná, porque ouvi o Elio Rusch, ouvi o Marcelo Rangel e ouvi mais fulano e beltrano, com todo o respeito que tenho por vocês, ele falaria: "aqui não dá para viver, aqui o bicho vai pegar"! Ele iria embora do Paraná.

Não é nada disso! Saíam nas ruas e vocês vão ver as obras que estão acontecendo em todos os lugares. Existem problemas na segurança, mas existem desde tempos imemoriais - leiam a Bíblia! Não sou religioso, mas leiam a Bíblia e vocês vão ver quanto malandro já tinha lá fazendo estripulia e a Bíblia não é nada, ela é de 2 mil anos e isso não é nada na vida do nosso planeta!

Então, é uma questão das pessoas e, por exemplo, os combativos Deputados de Ponta Grossa, parece-me que vão travar uma luta, porque - perdoem-me, mas aí apareço como alguém que está assistindo ao jogo - estão sendo travados os primeiros lances da batalha de 2008 e aqueles que ficarem defendendo os ricos, a elite insensível que manda neste país, a elite branca e insensível que discrimina negros, pobres, mestiços e mulheres, quem defender os privilegiados não vai ganhar as eleições, e se ganharem, ficarão um pouquinho, até o povo perceber que não era por ali que se encontraria a solução para os problemas.

Sr. Presidente, estou terminando e quero dizer que tenho o maior respeito por todo mundo. Cada homem e cada mulher, cada Deputado, cada Deputada é um universo diferente e quase sempre diferente do universo que sou, que é o ideário do meu partido. Quero deixar bem alto aqui o meu respeito a todos os Deputados que foram citados nesse meu pronunciamento. Sou democrata e aprendi desde cedo que você tem que fazer com que o contraditório seja estabelecido, o conflito das idéias e o respeito, porque senão eu não seria democrata e sou democrata, sim, muitas vezes radical, mas não tão radical quanto eu gostaria ainda de ser.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Jocelito Canto, pelo PTB.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Falar depois do Deputado Pugliesi, que fala com emoção e que às vezes fico preocupado pelo seu bom coração, porque fala com emoção, com profundidade e com experiência. Deputado Pugliesi, hoje me programei para falar no horário do PTB sobre o Governador que o senhor acaba de falar aqui, o nosso Governador Roberto Requião. Digo nosso, porque nessas últimas eleições eu não podia estar no rádio, porque a legislação eleitoral nos proíbe, mas nos permitia bater de porta em porta e levar o santinho nosso e o santinho do Governador também. Nos permitia discutir nas fábricas, nos permitia discutir nas escolas, nos bairros, nas favelas, com o povo mais simples que V. Exa. acaba de dizer que nós devemos cuidar, foi por lá que eu andei. E com esse povo, o tempo inteiro, nós falamos do Requião, falamos de continuar crescendo, falamos das obras que estão acontecendo.

Bem lembrado pelo Deputado Romanelli, como está a saúde hoje: melhorou, piorou? Claro, não tenha dúvidas, Deputado Pugliesi, a saúde teve uma evolução, sim, não dá para dizer que não, mas ainda não atingiu o grau que nós queremos. Prova disso, Deputado Dobrandino, que há 6 meses o Secretário Xavier esteve em Ponta Grossa atendendo uma reivindicação que nós fizemos,

que a comunidade fez - eu falo nós, os campos gerais - o governo mandou de emergência UTIs para Ponta Grossa. E essas UTIs estão hoje lá na Regional de Saúde colocadas no chão, Sr. Presidente, enquanto hoje a Gazeta do Povo dá a notícia de que uma mãezinha recebeu uma injeção para retardar o nascimento da criança porque não tem leito neonatal. Daí o Deputado Pugliesi faz a comparação: mas não tinha nenhum! Hoje tem 6, claro. Mas ainda é pouco, porque a cidade cresceu. Ponta Grossa não é mais aquela cidade de 150 mil habitantes. Ponta Grossa hoje é uma cidade de perto de 400 mil habitantes. Só conhece Ponta Grossa quem anda pelas ruas. Ponta Grossa mudou.

Vi aqui o Deputado Pugliesi dizendo que fez uma grande obra nos transportes, fez uma comparação até com o ex-Secretário Nelson Justus, que o seu governo não lhe deu o apoio que necessitava. Mas, por outro lado, Deputado Nelson Justus, tenho que lembrar que V. Exa. também foi Secretário da Indústria e Comércio do Paraná e eu não me canso de fazer elogios a V. Exa., porque o senhor nos ajudou a transformar Ponta Grossa de 12ª cidade do Paraná em 3ª cidade em arrecadação do Paraná. É maior que Londrina, é maior que Maringá, é maior que Cascavel, é maior que Guarapuava, é maior que tudo, só perde para Curitiba e Araucária. Daí, lembrei-me que V. Exa. passou por lá e conseguiu trazer as maiores indústrias para Ponta Grossa. Então, Ponta Grossa não é mais uma cidade pequena, é uma cidade grande, cresceu. A cidade evoluiu, cresceu, andou. E aí vêm os reclames. E quando o Deputado Marcelo Rangel reclama aqui, porque diariamente também ouve o povo, ele reclama com o clamor de alguém que ainda não está satisfeito, porque ainda temos necessidades. E essas necessidades, claro que serão contempladas.

O governo fez boas coisas? Fez. Eu não vou dizer que não fez, fez muito, Deputado Pugliesi, fez a reforma do Hospital da Criança, fez sim, está terminando, está quase pronto. O pronto-socorro, está quase pronta a reforma, dinheiro do estado. Eu, quando era Prefeito, não consegui credenciar nem a UTI do hospital pronto-socorro, porque não deixaram eu credenciar e a prefeitura pagava. O Governador reabriu o hospital Franco da Rocha, trocou as UTIs do nosso SIATE, ajudou a implantar o SAMU, inaugurou o Hemopar, o Hemocentro. O Governador autorizou de 17 para 40 leitos de UTIs. Deu leitos para Castro, deu leitos para Telêmaco Borba, mas, ainda é pouco. Por que é pouco? Porque estava muito atrasado o processo de se dar à Ponta Grossa o que Ponta Grossa merecia, porque ficou muito tempo parado. Nós paramos muito tempo, ficamos muito tempo olhando, olhando e nada vinha. Mas agora, aos poucos, as coisas vêm acontecendo, as coisas vêm acontecendo!

E o hospital regional? Concordo com o Deputado Marcelo Rangel quando diz: "o hospital vai funcionar". Vai, está construindo, eu tenho o maior orgulho dessa obra porque tive que brigar para que ela acontecesse, tive que trabalhar por essa obra, porque alguns burocratas do

governo não queriam a obra, daí entrou aquele lado bem descrito aqui pelo Deputado Pugliesi, o lado social do Governador que diz: "não, vamos fazer", e está fazendo o hospital lá, está fazendo. E para alegria minha, de todos os Deputados de Ponta Grossa, do povo de Ponta Grossa e dos campos gerais, o nosso hospital, com todo o respeito, vai ser maior que Maringá, vai ser maior que Cascavel e vai ser mais moderno que Londrina. Demorou, mas chegou e será moderno. Não tenham dúvida, a obra está acontecendo.

Mas queria, ao encerrar aqui, companheiros do PMDB e dos partidos que apóiam o Governador, não posso ouvir aqui o Governador dizer que Deputado não indica nada, que só vai nomear técnicos, que Deputado tem que cuidar da Assembléia, que Deputado não pode e não deve indicar cargos na sua região, que os cargos são dele e só os técnicos. Erro número um do Governador. Errado. Na hora de pedir o voto, quem vai? São os técnicos ou são os políticos? Dá para misturar? Não dá para fantasiar! Não dá para dizer que não é verdade! Claro que sempre existiu.

Aí você, por exemplo, a saúde em Ponta Grossa, lá está uma senhora na 3ª Regional de Saúde, que está comprometida, está brigada com os hospitais, está brigada com o Ministério Público, está brigada com todo mundo, então, não anda. E tem que mudar. E tem que colocar quem? Um técnico? E um técnico foi indicado ao governo, mas o governo diz que os Deputados não podem mexer. Mas na hora de pedir voto quem é que pediu voto para o Requião? Foi o Waldyr Pugliesi, foi o Cheida, foi o Péricles, foram os companheiros dos partidos que se uniram, foi o PTB, eu e o Carlos Simões que colocamos em risco a nossa candidatura porque estávamos, nosso partido coligado com outro partido e hoje você vê o Governador dizer: "não, os cargos da região ninguém deve indicar."

Então, que continue como está. Continue a Gazeta do Povo dizendo o que está errado, porque não podemos ser ouvidos. Nós só servimos na época de eleição para falar, correr, andar, pedir, apanhar, por quê? Por isto. Agora, na hora de votar aqui o que há de interesse do governo, aí tem bancada, aí a bancada tem que votar. E eu vi aqui ontem o Deputado Péricles votar contra um requerimento e hoje pagou caro, ouviu o Deputado Marcelo Rangel...

(Término do tempo)

... Para concluir, ouvi aqui o Deputado ser cobrado, porque respeitou esta bancada e esta bancada, Sr. Presidente, através do governo, em determinados momentos não respeita os companheiros. Isto é verdade! Deixa de respeitar os companheiros quando diz que um Deputado da base não tem direito de indicar, nem que seja um técnico, para não ter notícias como essa, mal feitas, notícias de que alguém está precisando de uma UTI.

Por isto que o governo do estado precisa repensar isto e se lembrar que na época de eleição quem pede voto não são os técnicos e muitos desses técnicos são aqueles

que levam o governo a que o governo passe vexame aqui, se obriga a ter que inibir requerimentos por incompetência de alguns que só puxam o saco e não levam o dever de casa e fazem aquilo que têm que fazer.

Por isto, Deputado Pugliesi, a eleição para mim nem começou, aliás, eu nem sei se vou ficar vivo até lá, mas se estiver vivo, o povo é quem vai decidir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB com a palavra. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Meu caro e ilustre companheiro, Deputado Waldyr Pugliesi, quero dizer a V. Exa. que no dia de hoje o Deputado Rossoni pegaria férias porque estou me concentrando para o dia de amanhã que nós teremos aqui a presença da diretoria da SANEPAR e talvez V. Exa. saia daqui amanhã decepcionado. Decepcionado porque esta defesa apaixonada que V. Exa. fez aqui, amanhã nós vamos tirar a limpo, dentro da SANEPAR, o que nós precisamos ter conhecimento.

Quero dizer ao Deputado Rangel e aos novos Deputados que estes sim não têm nenhuma culpa, se é que há culpa, cada vez que emparedam o governo com críticas e eles esquecem que faz 4 anos e alguns meses que eles estão governando, e aí eles pegam e atiram pedra no governo anterior para tentar esconder os erros que estão cometendo! Quero dizer aos Srs. Deputados do Governo: quando não se tem justificativa, partimos para a agressão. Quero dizer ao Deputado Waldyr Pugliesi: V. Exa. sabe o respeito com que tenho tratado as questões aqui com o senhor como Líder do PMDB, mas quando V. Exa. - só vou citar um fato e eles vão se irritar, Deputado Edgar - lembram um determinado dia, aí vem aquela questão de Esquerda, Direita, é complicado. Lembram aquele determinado dia, perto das eleições de Governador quando o Governador foi dar uma entrevista na Rede Globo e o menino, repórter da rede Globo, fez uma pergunta ao Governador sobre o jogo do bicho. O Governador na hora tremeu na base, saiu de lá e mandou prender meia dúzia de bicheiros no Paraná.

Hoje, o Deputado Pugliesi sobe na tribuna e fala do furacão que está vindo aí para investigar Desembargadores e nos inclui, a todos! Não, V. Exa. cometeu equívoco, por isso subo a esta tribuna! Quero dizer a V. Exa. que não temos medo de furacão! Deputado Rangel, V. Exa. está no caminho certo, não tenha medo de grito também, continue nessa postura, mostrando a verdade! Eu sei que a verdade dói!

O pior é que está acontecendo com a bancada do governo, e nós sentimos isso, é que o desequilíbrio do Governador está sendo transferido aos Parlamentares do

Governo porque eles não têm mais como explicar, não têm mais como explicar! V. Exas. vão observar as questões que vamos aqui colocar. Vejam, falava-se em não sei quantos hospitais, podem notar, tudo está no futuro, vai terminar o hospital, vai terminar não sei o quê, parece que o governo começou ontem!

Então, Deputado Waldyr Pugliesi, quando eu dou a receita e V. Exa. concorda comigo, tenho certeza, nós temos conversado e não é indelicadeza eu citar aqui que quando o Líder do Governo, às vezes, se altera, eu também tenho, às vezes, esses excessos, é próprio do ser humano, eu digo ao Líder do Governo que o estresse faz mal a saúde - não estou aqui para dar a receita - mas digo o seguinte: essa questão de Esquerda não perdoa ninguém. Ser de Esquerda, ser de Direita, ser neoliberal, isso ninguém está imune da fiscalização. E gostaria que V. Exa., como grande Líder desta Casa, estou fazendo um apelo de amigo para o amigo, acho que temos que motivar esses Parlamentares que estão chegando aqui com tanta vontade de trabalhar. Estou aqui no 5º mandato, mas é obrigação nossa motivar esses jovens, não taxá-los: ah, você é contra o governo, você é neoliberal, você é Direita, você é isso, você é aquilo. Essa história de Direita, Esquerda.

Olha aqui, Deputados, o partido do Governador assinou ontem um protocolo com os partidos de Esquerda. Com quem que o Governo governa? Se formos analisar Secretaria por Secretaria, a metade do Governo Jaime Lerner hoje está dentro do governo Requião. E agora vir imputar, aqui, as culpas dos erros dos governos anteriores aos Parlamentares, que nunca foram executivos, é querer encobrir o sol com a peneira, não há como não passar a luz, não há como a verdade não vir à tona. E quero dizer que quanto mais o tempo passa, este governo está com 4 meses, ele já parece que está com 70 anos! Imaginem o que será deste governo daqui a 2 anos! O povo não agüenta mais! O que o povo quer é uma parceria.

Agora, vamos analisar a questão do SindSaúde, Deputado Pugliesi. Parece que é prioridade da Esquerda, é só eles que atendem aos servidores públicos. Ora, há quantos dias estão os servidores públicos da saúde aqui, implorando por um diálogo com o governo? O Deputado Belinati pediu, para que se formasse uma comissão e fosse no Chefe da Casa Civil, se o Governador não tivesse tempo para abrir o diálogo.

Então, Deputado Pugliesi, quero dizer a V. Exa. o seguinte: quero continuar com a mesma amizade e com a mesma admiração por V. Exa. Diga-se de passagem, quero citar um número, aqui, e podia entrar na questão do porto, poderia entrar na questão da produção industrial, poderia entrar em um monte de setores. Sabem quanto o governo arrecadava - e é por isso que o governo tem que andar, porque se ele parar no tempo vai ter dificuldades - o governo arrecadava em 2002? Em torno de R\$ 380 milhões e hoje o governo arrecada uma média em torno de R\$ 1 bilhão. Essa é a diferença.

Então, Deputado Jocelito, quando V. Exa. diz com propriedade, como representante de Ponta Grossa, que houve lá a criação dos leitos, é óbvio, fazem 4 anos, é por esta razão que o debate, aqui, é esclarecedor, é por esta razão que o debate aqui é importante e é por esta razão que vamos continuar na mesma trincheira, na trincheira de dar a nossa colaboração para que o Paraná cresça, evolua e melhore as condições de vida do povo paranaense.

Agora, vou procurar ler algum livro que fala de Esquerda, Direita e neoliberal. Não me considero nem de Esquerda, nem de Direita e nem de nada. Considero-me um Deputado Estadual, representante do povo, igual a todos aqui. E por essa razão, vou continuar no exercício da minha função. Têm Deputados do Governo e têm Deputados de Oposição. Agora, o que o Governador tem que ter cuidado é para não constranger os Deputados do Governo. Os Deputados do Governo merecem respeito. Oferecer brinde para comparecer na “escolinha” é desrespeitar o Parlamentar. Então, não há como fazer a defesa do que estamos colocando aqui.

Agradeço e espero que o Deputado Waldyr Pugliesi pense que nós jamais afrontamos sua pessoa. Estamos discutindo os problemas do Paraná e é para isso que nós estamos aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças. Com a palavra, o Deputado Augustinho Zucchi, do PDT.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Eu não faria uso da palavra, mas há dias venho refletindo sobre algo que me preocupa com relação ao debate político aqui nesta Casa. Eu conheci o Deputado Waldyr Pugliesi em 1981, quando eu fazia parte do movimento estudantil do Paraná e recebemos na Casa do Estudante Universitário, a visita do então Senador José Richa e candidato ao governo do Paraná e confesso que fui convencido a fazer uma intensificação daquilo que nós já fazíamos no movimento estudantil, pelo pronunciamento que fez o Deputado Waldyr Pugliesi naquela noite. A minha preocupação é da capacidade verbal, de muitas vezes querer, Deputado Waldyr Pugliesi, me entenda, colocar esta Casa na visão pura e simples, maniqueísta e o seguinte, o Governador Jaime Lerner, que teve o seu passado aqui pelo estado, que, diga-se de passagem, grande parte dos seus apoiadores, dos seus mentores, grande parte das pessoas que sustentaram o Governador Jaime Lerner são as mesmas que ajudaram o Governador Requião a ganhar a eleição e mais, fazem parte do seu governo. É o que me preocupa, esta visão de que tudo que é bom é do Governador Requião, e de tudo que é ruim é do Governador Jaime Lerner.

Eu pergunto, ao Deputado Marcelo Rangel, que fez o pronunciamento: qual é o comprometimento que tem V. Exa. com o Governador Jaime Lerner? O que é que o senhor fez, que possa fazer um pronunciamento restrito a Ponta Grossa, que seja, levar a picha de que o senhor não pode falar, porque o senhor, quem sabe, tenha sido um adepto do ex-governo?

Olhem, eu particularmente, nunca votei no Fernando Henrique Cardoso. Votei no Lula, na outra eleição e não nesta. Gostaria de dizer o seguinte: tivemos a última eleição disputando 2 candidatos, principalmente no 2º turno, da mesma origem, ou os 4 no 1º turno, da mesma origem. Será que o Senador Osmar Dias, porque disputou a eleição, passou a valer menos do que valia no Paraná do que de quem participou no governo anterior, do Governador Requião, do qual eu participei? Eu não tenho vontade de fazer oposição ao Governador Requião, de uma forma que seja pessoal. Não tenho essa vontade e não me sinto bem. Eu tenho a mesma origem.

Agora, acho que está na hora de parar com esse negócio de, qualquer problema que tenha no atual governo, “mas o outro era pior”. Estão aqui os companheiros da saúde. “Melhorou a saúde!” Mas, esperem aí, queriam que depois de 5 anos, com orçamento e tudo, piorasse a saúde? O Governo é eleito para melhorar, aliás, o Governador Requião se elegeu na outra eleição, fruto da sua persistência, porque disputou a outra e perdeu para o Governador Jaime Lerner, com o objetivo de melhorar o governo.

Então, não é possível que nós cheguemos aqui, 4, 5 anos depois, e dizer: “Olha, mas no outro governo foi pior.”

Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. tem razão quando trata da questão ideológica, mas, eu poderia, por exemplo, Deputado Waldyr Pugliesi, eu lhe ouvi, votei no senhor para Deputado Federal, considero o senhor como uma das pessoas mais expressivas do estado do Paraná, mas olha, esse negócio de Esquerda, o senhor falou aqui em preservação do meio ambiente. O neoliberal busca destruir o meio ambiente. Quem sabe neste governo de Esquerda nós pudéssemos falar com o Presidente do IAP para perguntar de onde que ele tirou que é preciso liberar as queimadas para quebrar a dormência da bracinga? Tenho que ouvir isso aqui, tenho que ouvir que isso é de Esquerda!

Ideologicamente, Deputado Waldyr Pugliesi, sinceramente, acho que tem gente na Oposição, hoje, que se afina muito mais com a ideologia de Esquerda, do que muita gente que está no governo, participando dele inclusive. Devagar com o andor, vamos preservar aquilo que é importante para o Paraná. O Governador Jaime Lerner passou pelo Paraná, foi julgado no seu primeiro governo, foi reeleito e responde pelo governo que fez. O Governador Requião vai responder pela história política que tem, que aliás, eu particularmente, participei muitas vezes dos embates políticos que participou o Governador, aqui, mas, não gosto de ouvir, cada vez que tem um pro-

blema no governo atual, jogar no outro governo, porque são coisas distintas, o outro governo já passou e nós temos que ir para a frente e trabalhar para aquilo que é importante para o Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, os Democratas, Deputado Elio Rusch. Depois o Deputado Péricles, no Horário do PT.

Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Deputado Waldyr Pugliesi, longe de eu ser um interlocutor ou defensor da bancada do governo. Longe!

Agora, no momento em que o Governador do estado do Paraná, no dia de ontem, usou a expressão para os Deputados e lá eu estava presente, disse desta tribuna: o Líder do Governo, o Deputado Claudio Romanelli, nem ele o Governador havia respeitado, quando o Requião chamou os Deputados de pouco afeitos ao trabalho.

Ora, Deputado Waldyr Pugliesi, entendo que os 54 Parlamentares, independente da sua ideologia, independente a que partido pertence, cada um tem a sua facção, cada um tem a sua parcela de responsabilidade de representar ao menos um canto do nosso estado.

Agora, o Governador chegar na “escolinha” e oferecer prêmio para os Parlamentares! Ele não disse para os Parlamentares da Situação ou da Oposição, ele disse que daria uma ambulância para o Parlamentar que assistisse 5 aulas do professor Requião!

Ora, como nós Deputados não vamos na Oposição, eu me sinto como Deputado ofendido.

É dessa forma, Deputado Marcelo Rangel, a V. Exa. que fez um pronunciamento em defesa à saúde, como tantos outros Parlamentares fazem em defesa da saúde do nosso estado, é assim que o Governador trata a saúde, de oferecer uma ambulância para o Parlamentar que assiste 4 aulas! Não é possível que se brinque dessa forma com a saúde e muito menos o desrespeito com os Parlamentares deste Parlamento. Não só com a bancada do Governo, mas com todos. Foi um desrespeito do Governador para com os Parlamentares. Agora, se o Deputado Waldyr Pugliesi concorda com as ironias do Governador Roberto Requião, eu não concordo. Acredito que nenhum Parlamentar em sã consciência pode concordar com as afirmações e com as brincadeiras de mau gosto que ele muitas vezes faz, independente com quem quer que seja.

Mas ia usar este espaço e antes, porém, para responder ao Deputado Waldyr Pugliesi quando diz que de repente foi deflagrado o primeiro capítulo das eleições municipais do próximo ano, hoje aqui na Sessão. Pergunto, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que é Líder do

PMDB: o que o PMDB, PT, PSB fizeram esta semana? O PMDB, o PT e o PSB podem selar uma aliança se comprometendo, fazendo uma composição para as eleições do próximo ano. Agora, os outros Parlamentares, os outros partidos não podem, aí não! Aí se deflagra o primeiro capítulo das eleições para o próximo ano, porque não é do governo, porque somos oposição ao governo, e daí é importante, Deputado Marcelo Rangel. Quer dizer, nós estamos pautando trabalho. Eles fazem, nós não podemos fazer. É o Líder do Governo que diz o que nós temos que apresentar em requerimento e ele quer pautar exatamente os trabalhos dos Parlamentares da Oposição. E daí, qual é o nosso papel? O que é que nós devemos fazer? Dizer: sim, Sr. Governador, concordar com esses absurdos que aqui existem.

Mas quero dizer mais, Deputado Romanelli, o tema e o assunto que me traz a esta tribuna e o Deputado Douglas Fabrício vai falar sobre o mesmo assunto no horário da Liderança do PPS, porque como eu, e acredito que muitos dos Srs. Parlamentares, foram procurados pelo setor produtivo, pelas empresas exportadoras do nosso estado, que tem alguma ligação com os empresários que usam o porto de Paranaguá para exportar a sua produção.

Srs. Parlamentares, temos uma lei no estado do Paraná. A Lei nº 14940, que institui o selo de qualidade para os produtos exportados via porto de Paranaguá, porém, não se torna obrigatório, fica instituído o Selo de Qualidade no Estado do Paraná. Essa é a lei que temos hoje, que será concedido por uma única entidade certificadora a ser contratada pela administração dos portos de Paranaguá e Antonina, para todos e quaisquer produtos da cadeia agropecuária florestal que venham a ser exportados via porto de Paranaguá e Antonina. Não obrigatório.

Falei há pouco com o Deputado do PSDB também, nosso colega Accorsi, perguntei para ele se sabia se o Deputado Luiz Fernandes Litro estaria presente ou não. O Deputado Luiz Fernandes Litro apresenta uma lei na Assembléia Legislativa que está na CCJ tornando o Selo de Qualidade obrigatório. E os portos de Paranaguá e Antonina, certificaram, credenciaram uma ONG para dar certificado. E essa ONG cobra R\$ 1,03 para cada tonelada exportada. O Paraná exporta por ano, em média, 20 milhões de toneladas. Se tornar obrigatório esse Selo de Qualidade, teremos um faturamento para essa empresa de R\$ 80 milhões, neste governo Roberto Requião.

E esta lei que cria o selo de qualidade, ao menos foi criado com o objetivo, Deputado Zucchinho, e a V. Exa. que é da área também agrícola - que representa o setor produtivo do nosso estado, como muitos dos nossos Parlamentares representam - mas aqui não se fala da agricultura, se fala das empresas que exportam. Se não bastasse a supervalorização do real, a queda do dólar, agora instituímos ainda, através de uma lei, obrigando as empresas exportadoras a ter o selo de qualidade! Esta ONG cobrar R\$ 1,03 por tonelada!

Tenho certeza absoluta de que esta idéia não é do Deputado Luiz Fernandes Litro, a quem devoto o maior respeito, mas fomos procurados por inúmeras empresas que exportam sua produção via porto de Paranaguá.

Por esta razão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; entendo, antes mesmo, Deputado Douglas Fabrício, V. Exa. que vai falar sobre o mesmo assunto, falamos hoje pela manhã sobre este assunto; se faz necessário que nos conscientizemos, os integrantes da CCJ, já existe uma liminar concedida para algumas empresas que consideraram inconstitucional a cobrança deste selo de qualidade do Paraná.

Espero que este projeto venha a ser rejeitado ou talvez, pelo próprio autor, retirado. Não podemos, ainda, sobrecarregar as empresas no estado do Paraná. A autoria é do Deputado Luiz Fernandes Litro, mas não dá para aceitar isso!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Só para esclarecer, tem liminar?

O SR. ELIO RUSCH (DEMOCRATAS)

Não. Existe uma lei, hoje, no estado do Paraná, e o Deputado Luiz Fernandes Litro está entrando com uma nova lei, uma emenda modificando a lei existente, tornando o selo de qualidade do Paraná obrigatório. Hoje, é facultativo. É a Lei nº 14940, é o selo de qualidade Paraná. É facultativo. E mesmo os exportadores das empresas dizem, argumentam, que não têm uma compensação no mercado exterior por este selo.

Então, Deputado Luiz Fernandes Litro, temos que fazer um alerta aos Srs. Parlamentares, para que nós, efetivamente, não possamos aprovar esta lei. O Deputado Douglas Fabrício, que já levantou esta questão na imprensa, mas eu tenho que me manifestar também, uma vez que inúmeras empresas do oeste nos procuraram, falei com o Deputado Douglas Fabrício, sou obrigado a me manifestar, senão depois vão dizer que não estamos defendendo os exportadores o nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao PT, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero falar sobre meu voto, ontem, contra o requerimento do Deputado Marcelo Rangel. Em decorrência deste fato, fui vítima de diversos ataques, duros, pela imprensa ponta-grossense, inclusive pelas duas rádios. Deputado Marcelo Rangel, na sua rádio, ao meio-dia, 13h e o pai do Deputado Marcelo, jornalista

Nilson de Oliveira, Rádio Central do Paraná e o principal jornal de Ponta Grossa, jornal Diário dos Campos.

Ontem foi uma Sessão diferente para mim, fui chamado com urgência ao meu gabinete. Quando cheguei à Sessão, os requerimentos estavam sendo votados e eu segui a orientação da Liderança do Governo, votei contra todos os requerimentos, até pelo momento especial de Sessão.

Depois que eu saí, o Deputado Marcelo articulou toda imprensa de Ponta Grossa, ligou para todos os jornais, e eu expliquei o meu voto, que estava seguindo a orientação do Governo, mas que prestava, com o maior prazer, as informações ao Deputado Marcelo e iria procurar, imediatamente, porque requerimento demora 30 dias e eu iria conseguir em menos tempo. Isso bastou para que eu fosse atacado no principal editorial - no Editorial Diário dos Campos - e virei um inimigo da cidade à qual dediquei toda minha vida. Fui Vereador duas vezes, Prefeito, Deputado sempre voltado aos interesses de Ponta Grossa.

Só para ter uma idéia, vou ler: *Ao tentar justificar sua postura, o petista argumentou que os Deputados locais, quando quiserem informações do governo, devem se reportar a ele.* Eu nunca falei isso para ninguém. Essa nunca foi e nunca será a minha postura, pelo contrário, minha postura tem sido de humildade.

Reconheço, Deputado Marcelo, que errei ao votar contra seu requerimento, pelo tipo de Sessão que presenciei, saí, voltei. Na verdade, fiz uma coisa contra minha índole. Quando fui Prefeito de Ponta Grossa, não passava requerimento pela Mesa da Casa. Os Vereadores podiam mandar diretamente para o governo. Continuo defendendo essa posição, mas como o entendimento da maioria da bancada do Governador, neste momento, não é esse, acabei respeitando a maioria, me reservando o direito de, em alguns casos, votar a favor do requerimento, não por ser de Ponta Grossa, que é uma coisa muito pequena, mas se um Deputado de Maringá apresentar um requerimento semelhante ao seu e eu votar contra porque é de Maringá e favorável porque é de Ponta Grossa, não estarei sendo correto. Por isso, não acho correta a sua crítica.

O senhor endereçou a crítica apenas à sua cidade. Deveria criticar a postura coletiva da Assembléia e da bancada do Governo que rejeita requerimentos. O senhor utilizou, pela segunda vez - neste caso, talvez, um ato falho meu - para me atacar. Toda nossa relação, nesta Casa, foi de lealdade. Quando o senhor me procurou nos corredores da Assembléia para apoiá-lo na Comissão de Obras, eu prontamente assinei a seu favor. Votei a favor de requerimentos seus, o senhor sabe disso. Agora, o senhor foi desleal comigo por duas vezes. O senhor foi desonesto comigo.

Esses dias, num debate filosófico sobre a TV Educativa, eu fiz uma manifestação na Casa, mostrei que a imprensa não é imparcial e citei como exemplo Ponta Grossa, que lá os três Deputados tinham rádio e eu não

tinha. O senhor tem duas rádios, uma sua e outra de seu pai, a do Jocelito e a do Plauto. Nem o Deputado Jocelito, nem o Plauto me atacaram por isso, porque entenderam que é uma questão geral, que eu estava falando de maneira filosófica, de análise de conteúdo e peguei um exemplo. O senhor saiu já me atacando: “O Deputado fez isso para me atacar, porque é um incompetente como radialista!” Eu nunca fui radialista! Eu cheguei a Prefeito de Ponta Grossa sem ter uma rádio, pelo contrário, todas as rádios contra mim e todos os jornais de Ponta Grossa, e governei, assim como o Requião governa hoje, com praticamente toda imprensa contra.

O que eu falo aqui, Deputado, não vai aparecer nas rádios de Ponta Grossa, amanhã. O senhor poderá falar o que quiser de mim na sua rádio, amanhã. O seu pai também. De manhã e ao meio-dia. Se eu quiser me defender, a não ser que o senhor permita-me pronunciar na sua rádio, eu terei que recorrer à Justiça, e é um processo complexo, demorado. O senhor foi desleal comigo, não poderia ter dito o que disse de mim, o senhor me conhece, sabe a verdade.

O senhor me chamou de fisiológico, de sem personalidade, colocou uma suspensão sobre a minha pessoa, como se eu tivesse votado contra o seu requerimento por interesses escusos e eu não sou assim. O senhor conviveu comigo quando Prefeito, me atacava de todas as formas e eu mantive seu principal mentor intelectual, Davi Luc, como assessor de imprensa até o final do meu governo.

Eu entendo e até reflito: o senhor é um Deputado de primeiro mandato, no vigor da juventude, mas espero que reconheça e tenha humildade de reconhecer seus erros, assim como reconheço os meus.

O Deputado Jocelito, que já foi meu adversário duro, em 2 embates eleitorais, me criticou muito. Posso discordar da postura do Deputado Jocelito, mas é muito mais madura hoje. O teor da crítica, inclusive, que ele faz ao governo, é outro na sua crítica. O Deputado Plauto, fomos sempre adversários e sempre nos respeitamos. Nunca vi o Deputado Plauto chegar na sua rádio em Ponta Grossa, a Rádio Clube, e me atacar como fisiológico, como sem personalidade. Podem dizer tudo de mim, tudo, menos que sou fisiológico. Sou fundador nacional do partido. Peguei um ônibus em Ponta Grossa, com a minha mulher, fui ao Colégio Sion em fevereiro de 1980 assinar a ficha do PT, partido no qual estou até hoje. O senhor sabe que não sou fisiológico, o senhor sabe que tenho uma relação de lealdade com o Governador Requião e que o admiro, apesar de discordar de algumas posturas suas.

Então, por favor, Deputado Marcelo, o senhor não precisa se defrontar comigo. Não preciso me defrontar com o senhor. Admiro o seu programa, admiro o seu irmão, seu pai, apesar da divergência do passado. Mas, acho uma forma totalmente desleal.

Assim é governar contra a imprensa, Deputado Valdir Rossoni. E é interessante quando criticam o Governador Requião. Fui Deputado 6 anos, nunca tive

aprovado um requerimento. Privatização da COPEL, tentativa de privatização da SANEPAR, assassinato de um sem-terra que tem um monumento trágico na BR-277; pedágio, fui estudioso do pedágio. O contrato mais absurdo que já se fez na história do Paraná! Não tínhamos nenhuma possibilidade de fiscalização. É diferente agora. Apesar da postura do requerimento que questiono. Nesse caso se o senhor apresentar de novo, vou votar a favor do requerimento do hospital Bom Jesus, que é um requerimento simples. Foi um equívoco ontem, inclusive do governo, em rejeitar o seu requerimento e meu também.

Agora, é preciso também destacar que o senhor participa da Comissão de Saúde desta Casa. Se o senhor for ler o Regimento desta Casa, a Comissão de Saúde tem poder. Art. 28: *“As comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência e as demais comissões no que lhes for aplicado, cabe encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações à Secretários de Estado e outras autoridades, convocar Secretários de Estado e outras autoridades para prestar pessoalmente informações sobre assunto predeterminado.”*

E analisando a composição da Comissão de Saúde, o Presidente é um Deputado de Oposição ao governo, é o Deputado Ney Leprevost. O senhor é Vice-Presidente, o Deputado Ruy Hara do PSDB participa e o Deputado Tadeu Veneri, que tem uma postura diferente, tem votado a favor dos requerimentos.

Quer dizer, na hora em que o senhor quiser, se o seu objetivo único e verdadeiro é obter informações, o senhor pode, pela Comissão de Saúde, pedir informações.

Agora, se o seu objetivo, além de pedir informações é atacar alguém, particularmente eu que sou de Ponta Grossa, o seu objetivo não tem pureza, é com segundas intenções.

Então, respeito o senhor pela sua juventude, sei que eu podia me calar, não tenho nenhuma rádio para falar, sei que amanhã o senhor vai poder me atacar novamente. Reflita um pouco sobre minhas palavras.

O governador Roberto Requião, ora, meu Deus do Céu, sei que a APP vai poder estar aqui amanhã criticando o Governador, mas que na hora em que a direção da APP optar por um governo como o Requião e um governo como Jaime Lerner, de Direita, não haverá dúvida alguma, sei que vocês também sabem a diferença, sabem quando foram muito mais massacrados e sabem diferenciar, apesar de estar lutando, uma luta corporativa, agora sabem diferenciar.

Ponta Grossa, Deputado Marcelo, o Paraná Urbano, recebi R\$ 2 milhões por apoio, Deputado Plauto Miró, quando fui Prefeito. No governo Requião recebi R\$ 15. E o atual Prefeito, que é do PSDB, recebeu já R\$ 27 milhões do Paraná Urbano, do Requião.

Na saúde, o governo Lerner investia menos de 6% em saúde. E o Deputado Jocelito sabe o que passamos. O sofrimento que passamos em Ponta Grossa nesses 2 anos - são 4 anos - nem ambulância, nem UTI,

nada. O governo Requião, quando eu era Prefeito, me deu recurso para reforma total do pronto-socorro e do Hospital da Criança. Está construindo no governo Wosgrau o hospital regional de milhões de reais, ambulância, hemocentro. Vamos comparar! A crítica tem que ser fundamentada, não rasa, não crítica rasteira, não crítica oportunista, mas com outros desígnios que não sejam o de avançar. A Oposição está certa de criticar, mas com maturidade.

Se V. Exa. conhecesse Ponta Grossa como eu conheço, não faria uma crítica dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O horário de V. Exa. está encerrado. Não será permitido apartes. V. Exa. tem mais um minuto. Estamos há 13 minutos.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Só quero ler algumas coisas: “Hospital Regional de Ponta Grossa, ampliação do Hospital Infantil, construção do Hemo-Núcleo, ampliação do pronto-socorro. Santa Casa, 100 mil por mês; Hospital São Camilo Vicentino, 100 mil por mês; SIATEs, 5 ambulâncias; SAMU, 4 ambulâncias, 3 ambulâncias; Paraná Transporte Hospitalar; Ponta Grossa Central 24 Horas; Saúde da Família que o governo do estado participa, que eu criei e, agora, o atual governo está destruindo, porque não acredita em saúde preventiva - essa é uma diferença entre a Esquerda e a Direita, da saúde preventiva da outra saúde; saúde bucal, 14 equipes qualificadas...

(microfone sem som)

...3 referências regionais em Ponta Grossa: Santa Casa; Evangélico; Urgência e Emergência.”

São muitas coisas. Certo eu estar sendo cobrado, porque também cobro e vou cobrar...

(Inaudível. Microfone sem som)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças.

Horário do Bloco PSB/PL/PRB/PV. Concedo a palavra à Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, quero fazer uso deste horário, para fazer dois breves registros.

A primeira questão é que recebemos um documento da COMEC, assinado pelo Sr. Joel Ramalho Júnior, Diretor-Técnico, em resposta a um requerimento que fizemos nesta Casa, solicitando a avaliação das propostas e alternativas, para a destinação dos resíduos sólidos urbanos da região metropolitana de Curitiba. Quero registrar o recebimento desse documento e dizer da sua

importância para a organização dos trabalhos que acreditamos que tenham que ser feitos por esta Casa.

Pensando algumas informações que aqui estão, Pastor, eu queria partilhar com vocês. A quantidade de lixo gerada, de acordo com uma pesquisa e um estudo realizado em 1993, pode variar aproximadamente de 0,46 quilogramas/habitante/dia na Nigéria a 2-27 quilogramas/dia, em Chicago, Estados Unidos. O índice *per capita* brasileiro, em um estudo de 1999, diz que nós, brasileiros, geramos 0,50 a 1 quilogramas/habitante/dia de lixo. Para a região metropolitana, em um estudo mais recente, diz que somos responsáveis por 0,6 quilogramas/lixo/dia.

Os gastos financeiros com resíduos sólidos urbanos - esse é um dado que me chamou bastante atenção - o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, em média no Brasil, demandam de 7 a 15% do orçamento dos municípios. Quer dizer que 15% é o que a lei determina que tenhamos que gastar com saúde, Dr. Batista. E o estudo diz que gastamos de 7 a 15% de orçamento para gerenciar o lixo, os resíduos sólidos urbanos.

Em 2003 o documento relata que no estado do Paraná tínhamos 9 milhões, 563 mil, 458 habitantes, sendo 1 milhão, 777 mil e 374 na zona rural e os demais na área urbana. A geração de resíduos no estado é de 8 mil toneladas por dia e só na região metropolitana, são 3 mil toneladas por dia - a taxa de resíduos que produzimos é 0,6.

A reciclagem - e isso também me preocupa bastante - que em 1998 gerava em 4%, hoje está em uma faixa de 2%, isso com 14 mil carrinheiros que encontramos nas ruas, o que é um subemprego, é degradante, mas que para a sociedade é importantíssimo. Mas, hoje estamos reciclando 2%. E por que estou fazendo uso neste momento e não tinha me programado para isso e por que vim para a tribuna, sendo que tenho poucos minutos?

Porque talvez eu esteja sendo extremamente inexperienced nesta fala, porque sei que estamos aqui em um cargo político-partidário, mas nós discutimos políticas partidárias o tempo todo. Em que momento vamos discutir políticas de saúde, políticas de gerenciamento?

Sei que hoje se discutiu número de UTIs, dificuldades da saúde, problemas do funcionalismo, mas em que momento vou sentir nesta Casa o nosso trabalho como um trabalho propositivo para realmente melhorar as coisas no estado do Paraná? Em que momento vou sentir isso?

Quando faço esses requerimentos, não quero ser jogada naquele montante de pessoas e Parlamentares que fazem requerimentos para checar o governo. Esse estudo é elaborado por técnicos pagos pela sociedade paranaense, no intento da luz, para as alternativas que temos que dar urgentes para a questão do Caximba, que já há mais de 1 ano não comporta mais o nosso lixo e que eles abrem uma célula e daqui a pouco não cabe mais e que não temos política para diminuir a geração de resíduo e para gerenciar adequadamente. Aqui se

coloca que existem estudos para que possamos fazer usina de compostagem, para que possamos fazer incineradores, que podemos ver a tecnologia do plasma, coisas que nos subsidiam para que possamos estar do lado dos técnicos e fazer com que esta Casa realmente cumpra o seu papel.

O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)

Permite-me um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Deputada Rosane, percebo V. Exa. preocupada não com o hoje, com o agora ou com o ontem, mas principalmente com o amanhã. Essa questão ambiental é gravíssima, a questão dos gastos que estamos tendo e os problemas que temos com o lixo é mais grave ainda e o dinheiro público que falta na educação e falta na saúde está sendo jogado fora muitas vezes e com certeza têm prefeituras que gastam até mais de 15% - nós sabemos que é má administração.

Agora, quero parabenizar V. Exa. quando se questiona do seu verdadeiro papel e do nosso papel. Quero lembrar que cheguei agora há pouco no aeroporto e na vinda de lá pra cá escutava um comentarista da CBN falando de uma discussão que não presenciei entre o Deputado Elio Rusch e o Deputado Waldyr Pugliesi e o comentário em relação ao Poder Legislativo foi muito desprezível. Ele colocou que o Requião deu aos Parlamentares aquilo que eles merecem: nada. E falou que em relação a algum lado dos Parlamentares, mereciam menos ainda. Quer dizer, a imprensa e a sociedade cobram de nós algo maior, algo maior muitas vezes que uma briga provinciana, algo maior que uma briga paroquial, algo maior que diferenças pessoais aqui dentro desta Casa, algo que realmente reflita o verdadeiro estado democrático que o Poder Legislativo tem autonomia e tem muito que fazer, e se souber fazer, com certeza vamos contribuir muito com este estado.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada.

Concedo um aparte ao Deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Queria, primeiramente, me solidarizar ao seu pronunciamento e parabenizar pela forma, porque abordou um tema de grande importância, que é a questão dos resíduos sólidos, o lixo. E quando se falou sobre a questão do Caximba, me vem à mente que o Caximba é um aterro administrado pela prefeitura de Curitiba e que, em regra geral, está sendo questionado, porque logicamente o Prefeito de Curitiba vê, e esse é o papel dele, a questão de Curitiba em primeiro plano. E nós precisamos participar desse debate, creio eu, de uma forma mais ampla, Deputado Péricles, até debatendo a criação de um aterro sanitário administrado de forma coletiva e com a participação

do governo do estado, não ficando refém de uma posição estritamente municipal. E que também a questão da reciclagem, a questão da discussão do meio ambiente, que é o grande entrave, principal entrave quando você busca estabelecer um projeto de aterro. Acho que temos que debater esse tema de grande profundidade e de grande importância, quero crer que se nós ficarmos um dia sem ter onde pôr o lixo, da nossa população metropolitana, nós teremos um caos estabelecido.

Então, parabéns. E creio que, juntamente com o Deputado Cheida, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, possamos fazer um grande debate, um grande seminário em torno desse tema de grande importância. Parabéns.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada.

O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Aparte - Assentimento)

Deputada, a grande maioria das cidades do Paraná não têm aterro sanitário. Eu conheço a sua preocupação e quero parabenizá-la por fugir dessa briga aqui da Assembléia e trazer um assunto interessante, de interesse da população, e de grande conteúdo. Quando se fala em aterro sanitário, quando se fala em lixo reciclável, quando se fala nessa sobra que a própria sociedade produz, nós também estamos falando de uma questão social. Muitas e muitas famílias vivem hoje do lixo reciclável. Então, temos que fazer um trabalho inteligente para buscar o aproveitamento de tudo isso e diminuir os nossos aterros sanitários e fazer com que os aterros sanitários, hoje, que já estão funcionando, possam funcionar bem e buscar estruturação junto ao governo para auxiliar esses pequenos municípios, porque hoje infelizmente se mistura o aterro sanitário com o urubu, com crianças, com pais de famílias, com senhoras grávidas catando uma parte daquele lixo para poder ganhar os seus R\$ 10 por dia, para poder sustentar, com dificuldades, a sua família.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada.

Registrando, eu queria agradecer ao Sr. Alcides Bitencourt Pereira - Diretor-Presidente da COMEC, e registrar o grande apreço que eu tenho por essa pessoa, pela forma como ele aborda os problemas, pela forma como ele nos recebe, pela forma como ele nos informa e nos subsidia para fazermos um trabalho que realmente responda aos anseios da sociedade paranaense.

Eu concluo e agradeço os apartes dos Deputados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o último orador inscrito no Horário das Lideranças, o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do PPS: Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, parabenizar a Deputada Rosane pelo importante tema que V. Exa. levantou na tribuna neste final de tarde. Como todos sabem, esse tema também é um tema que mexe diretamente com a vida da nossa população.

Eu ouvi também atentamente o Deputado Elio Rusch falando sobre a questão da criação do imposto. Eu tinha feito um documento para que eu pudesse falar sobre isto, conversamos um pouco. O Deputado Reni Pereira falou agora há pouco, a imprensa novamente, quando se fala do Poder Legislativo, vem com crítica e muitas vezes tem razão, porque de repente nós que somos um Poder e como tal devemos nos comportar. Uma das coisas que o povo mais reclama, de uma maneira geral, isto independente de governo, e eu quero reiterar aqui, eu, Deputado novo nesta Casa, então não tenho vínculo com o governo de Jaime Lerner ou com o governo atual ou com qualquer que seja - meu compromisso é com as pessoas - o povo reclama do governo e uma das coisas que eles mais reclamam é a questão dos impostos, a taxa de impostos que todos pagamos e que, em contrapartida, o governo, seja ele qual for, deveria oferecer um serviço de qualidade para melhorar a vida das pessoas, fazer aquilo que é a essência de um governo, ajudar no desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida das pessoas, seja na questão do tratamento do lixo, seja na questão da saúde, seja na questão da educação, seja na questão da geração de emprego, seja na questão que for, é papel do governo fazer a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Nós, há dias passados, recebemos em nosso gabinete várias lideranças representando os pequenos produtores e representando a cidade de Paranaguá, lideranças empresariais, tratando deste tema que foi colocado aqui da criação de uma taxa para cobrar a exportação dos produtos agrícolas daqui do Paraná.

Ora, Srs. Deputados, se nós os produtores, e eu venho de uma região que são vários pequenos municípios, aonde a grande maioria são pessoas que moram no campo, pessoas que produzem no dia-a-dia no trabalho na agricultura, e daquele trabalho árduo do dia-a-dia retiraram o seu sustento. Se nós aprovarmos aqui uma lei e de novo é o Poder Legislativo, criando mais impostos, mais taxas, onerando mais ainda a produção, nós já temos problemas com relação à questão dos transgênicos, temos problemas com relação à questão, às vezes, do transporte, e agora teremos mais problemas com relação à questão de taxas? Com relação à questão do selo de qualidade? Já existem selos de qualidade, empresas que fazem isto, a própria CLASPAR que é governo, também faz isto, e a criação dessa taxa que está sendo proposta pelo Deputado

Litro. Com todo o respeito ao Deputado, mas ela vai onerar a produção e o imposto, a taxa que será cobrada aqui vai recair nas costas do produtor e que, automaticamente, vai sair do lombo do povo. Quem vai pagar a conta? O povo.

Então, queremos deixar aqui bem clara a nossa posição, já conversamos com o Presidente, Deputado Nelson Justus, alertando-o sobre esta matéria, conversamos com o Deputado Durval Amaral, que é o Presidente da CCJ, alertando-o também sobre esta matéria, conversamos com alguns outros Deputados, e agora aproveito para conversar com todos os Deputados presentes, da importância que terá nos posicionarmos contra qualquer tipo de aumento de imposto, não só este, qualquer outro tipo que apareça para onerar o consumidor, para onerar o povo. Temos, sim, que lutar por melhorias, como disse a Deputada Rosane, melhoria no debate, melhorias na qualidade de vida das pessoas, qualquer que seja o tema, como disse o Deputado Reni que devemos nos pautar para discutir projetos que gerem desenvolvimento, seja ele a favor ou seja contra o governo, mas que seja sempre em benefício da nossa população.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

V. Exa. levanta e foi o primeiro a levantar nesta Casa esse tema do selo, pelo menos contraditando o projeto. É lógico, teremos muito que debater. Tenho certeza, o Deputado Elio, principalmente os Deputados do oeste, quase todos nós fomos procurados pelos setores produtivos que estão preocupados com este custo Paraná, não é o selo Paraná. E agora há pouco, nessa mesma vinda do aeroporto, escutava na CBN a argumentação de alguém que defendia o selo Paraná para saber que saiu pelo porto de Paranaguá, que foi produzido aqui no Paraná.

Pois bem, existem os documentos de exportação, isso aí já vai carimbado, existe todo um rito que tem que ser feito antes da exportação, não há a necessidade de se identificar através de um selo. Agora, se querem criar este selo Paraná que seja o poder público que tem poder para isso, através do que cobra indiretamente, porque 70% dos impostos são indiretos, para colocar o selo lá, coloquem na nota fiscal, coloquem lá no container, coloquem na saca, coloquem em algum lugar, mas o poder público oferecendo. Agora, cobrando? Sabe-se lá quais os critérios que serão adotados para as agências certificadoras! Isso é mais um custo Paraná e não um selo Paraná!

Então, quero parabenizá-lo, ontem já tive a oportunidade de fazer pessoalmente por ter empunhado esta bandeira que não é só da sua região de Campo Mourão, é uma defesa dos interesses do setor produtivo do Paraná, dos milhares de empregos que são gerados e do risco de milhares de pessoas que correm o risco de ser desempregadas.

Parabéns por empunhar esta bandeira!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço, esta é uma bandeira que, com certeza, não vai ser a bandeira do Deputado Douglas apenas, e sim de todos os Deputados que querem legislar, fiscalizar e contribuir para o desenvolvimento do Paraná.

Tenho certeza que iremos contar com o apoio também do Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral e do Presidente da nossa Casa, Deputado Nelson Justus, para que tenhamos bom senso nesse item que trata de aumento da carga tributária, aumento de imposto, aumento da taxa, enfim, mais dinheiro que o povo tem que pagar para trabalhar.

Quero deixar aqui a nossa posição contrária.

Era isso, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Para finalizar, quero agradecer a presença entre nós do Francisco Pequito, Presidente do PPS lá em Campo Mourão e também do nosso querido Manuel, Maneco, que será hoje homenageado. Dentre tantas pessoas do Paraná, ele é uma das pessoas homenageadas aqui com o projeto do Deputado Romanelli.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 082/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo a construção da nova unidade da Delegacia da Polícia Civil, no Alto Maracanã, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação s/nº, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, sugerindo a intercessão junto à empresa ALL - América Latina Logística, solicitando a transferência do pátio de manobras para a localidade denominada Ceboleiro. **Não recebido pela Mesa.**

Indicação nº 084/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado do Paraná e à Secretária da Cultura a instalação de antena retransmissora do sinal da Rede de Televisão Paraná Educativa em Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1005, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicitando

autorização para ausentar-se do país no período de 17 de maio a 01 de junho do corrente ano, atendendo convite do Sr. Governador do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/ Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 042/07, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Fica revogado o artigo 233 e seu parágrafo único da Constituição Estadual. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. (Publ. no DA nº 015/07, de 21/03/07, em Proposta de Emenda à Constituição e em Avulso)**

COMISSÃO DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO Nº 042/07

P A R E C E R :

A presente proposta de emenda constitucional, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo revogar o artigo 233 e seu parágrafo único da Constituição Estadual.

Segundo o seu autor, o disposto no artigo já está devidamente previsto no Capítulo II - Dos Servidores Públicos Cíveis da Constituição do Estado e na Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná.

Lembramos, também, que o Supremo Tribunal Federal suspendeu a eficácia deste artigo constitucional, por motivo de conveniência administrativa, em 26 de outubro de 1989. ADI nº 114.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável à Proposição nº 042/07, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.04.07.

(aa) ANTONIO BELINATI - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 1004, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição nº 042/07 - Proposta de Emenda à Constituição.

ITEM 02

REDAÇÃO - Final do Projeto de Lei nº 021/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que determina a cassação

da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, na hipótese que especifica.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 021/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Será cassada a eficácia da inscrição, junto ao cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas e que permitem a prática ou favorecimento da prostituição infantil.

Parágrafo Único. Fica impedido o estabelecimento, bem como seus sócios, que tenham sua inscrição cassada na forma do *caput* deste artigo, de exercer suas atividades por prazo a ser determinado pela administração pública estadual, na mesma ou em atividades similares.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei, a administração pública estadual baixará a regulamentação respectiva no prazo máximo de 120 dias, contados a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.04.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

Redação Final

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 115/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre Dia Estadual da Conscientização e Prevenção de Intoxicações por Agrotóxicos (15 de agosto). **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 120/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel situado naquele município. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 199/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de

utilidade pública a ACIG - Associação Comercial e Empresarial de Goioerê. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 202/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação do Clube da 3ª Idade Santo Izidoro, no município de Três Barras do Paraná, e foro na comarca de Catanduvas, Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 058/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romaneli, que institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS; institui o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social; cria o Fundo Estadual de Habitação Regularização Fundiária de Interesse Social e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E AS EMENDAS 3 E 5. COM SUBEMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Com emendas da CCJ, vamos apreciar neste turno emenda aprovada na CCJ, Emendas 03 e 05. **Aprovadas.** Em votação o projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto Bom Aluno do Brasil, com sede e foro no município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Vila dos Ofícios I e II, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação Educacional de Desenvolvimento Humano Social - ADES, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade dos Alves da Lapa - AGRO-ALVES, com sede e foro no município da Lapa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da América de Baixo, América de Cima, Marumbi, Fartura e Pantanal - AMAMTANAL, com sede e foro na cidade de Morretes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/07, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 228/07 - GP, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências. PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/07, de 29/03/07, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 189/07

P A R E C E R :

Sob análise nesta Comissão de Justiça, proposta legislativa de autoria do Poder Judiciário, no pleno exercício de sua competência constitucional para iniciar o processo legislativo de matérias que disponham sobre a sua organização e funcionamento, e que lhe é reservada com exclusividade nos artigos 96 e 101, inciso I, alínea “d” da Constituição do Estado.

O objetivo da proposição submetida à aprovação deste Poder Legislativo é o de alterar o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, para o fim de desmembrar o Juízo Único da Comarca de Irati, em duas Varas distintas - Cível e Crime, conforme consta no artigo 1º do projeto de lei e autorizar as demais providências necessárias à implementação da alteração pretendida, como a criação de cargos de provimento efetivo de Juiz de Direito de Entrância Intermediária (1 cargo) e de Oficial de Justiça (2 cargos).

Em cumprimento às condições impostas nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 101/00, para aprovação de medidas geradoras de despesa no Poder Público, o Tribunal de Justiça apresentou em sua justificativa e estimativa do impacto financeiro orçamentário da medida proposta e anexou a declaração do seu Presidente, o ordenador da despesa.

Também em cumprimento ao que dispõe o artigo 22 da mesma lei, quanto aos limites de gastos com pessoal, o Tribunal de Justiça apresenta os esclarecimentos necessários, anexando Demonstrativo da Despesa com Pessoal, em face de seu orçamento.

Sem prejuízo da análise financeira e orçamentária que deverá ser procedida pelas competentes Comissões de Finanças e de Orçamento desta Casa, quanto aos números apresentados, esta Comissão de Constituição e Justiça, no que respeita aos aspectos da constitucionalidade e legalidade, verificou que a proposta de lei não padece de qualquer vício que impeça sua normal tramitação.

Não obstante, deverá ser corrigida a genérica revogação de leis prevista em seu artigo 5º, mediante emenda corretiva em anexo, de modo a adequar a proposta às normas de elaboração legislativa ditadas pela Lei Complementar nº 095/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, em seu artigo 9º, que determina a indicação expressa das leis ou dos dispositivos legais a serem revogados.

Ante o exposto é favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça. Não obstante, na forma de emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 24.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 189/07

Altera a redação do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 189/07, de autoria do Poder Judiciário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º...

Art. 263...

I -...

(...)

XXI - na comarca de Irati:

a) Vara Cível, Registros Públicos e outros e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

b)...”

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A Emenda Constitucional nº 045, de 08 de dezembro de 2004, acrescentou o inciso VI ao artigo 114 da Constituição Federal, determinando ser da competência da Justiça do Trabalho e não da Justiça Comum o julgamento das ações inerentes à relação de trabalho, entre elas o acidente de trabalho.

Não sendo mais da competência da Justiça Comum, não cabe a denominação solicitada.

Caso o Tribunal esteja se referindo às demais ações previdenciárias, o ideal é que a Vara fosse denominada de Vara Cível, registros públicos e assuntos previdenciários e corregedoria do foro extrajudicial.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 189/07

P A R E C E R :

Considerando o contido no artigo 96 da Constituição Estadual do Paraná, *Lei de Organização e Divisão Judiciárias, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado e a carreira de magistratura...*,

Considerando que as despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário, portanto, já previstas em lei específica, não acarretando em quaisquer despesas extras, ou que dependam de suplementação de recursos.

Nosso parecer é favorável à sua tramitação e aprovação por esta Casa.

Sala das Comissões, em 25.04.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 981, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró, Valdir Rossoni, Douglas Fabrício e demais Srs. Deputados, da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Exa., nós encaminhamos esse requerimento da Bancada de Oposição dirigido ao Secretário Luiz Forte Neto. Esses dados podem ser normalmente obtidos. Por isso encaminhamos no sentido da nossa Bancada rejeitar o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só gostaria de saber qual dos requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O requerimento ao Secretário Luiz Forte Neto, Superintendente do PARANACIDADE, solicitando informações de quais municípios apresentaram os planos diretores, quais municípios contrataram assessoria especializada, os custos, se está incluído nas verbas e se há algum tipo de ressarcimento por parte do estado. Este é o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, parece que eu sou Líder do Governo, aqui. E eu não sou Líder do Governo. O requerimento aqui se justifica, porque, Deputado Belinati, esta é uma questão que estamos questionando a Secretaria do Desenvolvimento Urbano para esclarecer, inclusive, uma dúvida levantada pelo Sr. Governador na última segunda-feira.

Quando causa preocupação ao Governador, imagina para nós da Oposição. Então, justifica aqui o reque-

rimento. Eu encareço ao Líder do Governo, que se some ao Governador e aos Deputados de Oposição, para esclarecermos essa dúvida.

Se alguém estiver chegando aqui, vai dizer: o Rossoni é Líder da Oposição.

Eu estou apenas me somando à preocupação do Governador. Se o Governador que cuida deste estado tem preocupações com algumas questões, essa questão dos planos diretores das cidades, imagina os Deputados da Oposição. Situo muito bem a preocupação do Sr. Governador e dos Deputados de Oposição. Corre notícia no Paraná, que municípios estão sendo obrigados a fazer planos diretores para as cidades, para poderem efetuar empréstimos do Paraná Urbano.

Ora, se isso é uma preocupação do Governador, imagina o que nós temos recebido. Até o momento tínhamos Prefeitos que estavam trazendo essas possíveis pressões que estavam sofrendo na Secretaria, depois de o Governador ter se posicionado, também preocupado, resolvi, aqui, conversando com os meus Pares, principalmente da Oposição, fazer um requerimento.

Por esta razão, não vejo o porquê recusar em prestar essas informações. Por isso, imploro ao Líder do Governo, aos Srs. Parlamentares, que se somem à vontade do Sr. Governador, à vontade dos Deputados desta Casa, em buscar os esclarecimentos sobre essa questão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Em função de o Deputado Rossoni ter implorado para que apoiássemos esse requerimento, quero retirar aqui a orientação que dei à bancada, ouvindo aqui o Deputado Dobrandino e o Líder do PT, que queremos apoiar a aprovação desse requerimento específico em relação aos planos diretores. Quero atender aqui o pedido do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

O Governador Requião agradece e a Oposição também.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 982, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado por 01 Sessão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tenho que reconhecer o seguinte: o requerimento foi feito com uma boa técnica, Deputado

Elio Rusch, mas sinceramente, não era melhor pegar e traduzi-lo, para que pudesse ficar inteligível à média dos Parlamentares, para que nós pudéssemos saber exatamente o que é que estão pretendendo os autores do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência argumenta à Bancada de Oposição se ela não prefere retirar o requerimento e esmiuçá-lo de maneira mais concisa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, até pelo olhar triste do Deputado Alexandre Curi, ele à distância transmite o pedido aqui para mim. Não vou formular o requerimento, posso fazer uma proposta a V. Exa. para sentar com o Deputado Romanelli e explicar o requerimento e, certamente, ele é inteligível para todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mais parece uma petição inicial do que um requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Me desculpe, Sr. Presidente, não é uma petição. Já foi formulado um requerimento e a resposta do requerimento foi dessa mesma maneira, tem que traduzir. Por esta razão, estamos sendo específicos agora. Está sendo retirado para que eu possa explicar ao Líder do Governo, se V. Exa. assim entender.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está retirado!

Requerimento nº 983, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e demais Srs. Deputados membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Eu penso que esse pedido pode ser formulado diretamente ao Presidente Stênio, amanhã. Quero aqui dizer que não vejo nenhuma dificuldade em perguntar isso a ele. Nós trazemos o Presidente da SANEPAR aqui amanhã, por que vamos fazer um pedido de informações, hoje?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Há um entendimento diferente. O que nós queremos com o requerimento? Queremos por escrito, assinado, porque amanhã nós teremos informações, e por essa razão nós estamos apenas pedindo uma informação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Eu queria encaminhar aos Srs. Deputados que compõem a base do governo.

Tendo em vista que esse é um requerimento único e exclusivamente para criar desgaste político no governo, ou seja, na medida, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que o Presidente da SANEPAR vem aqui amanhã, o nobre Líder da Oposição quer aprovar o requerimento hoje. Eu encaminho pela rejeição deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares, para que possamos proceder a votação do requerimento ao Presidente Stênio Jacob.

Os Deputados favoráveis ao requerimento ao Sr. Presidente da SANEPAR, Stênio Jacob, queiram levantar-se.

Vinte e um Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Os Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte Srs. Deputados rejeitam.

Está aprovado o requerimento!

Requerimento nº 984, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró, Douglas Fabrício, Ademar Traiano e demais Srs. Deputados da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar contrário ao requerimento e solicitar às Sras. e Srs. Deputados que compõem a base do Governo, para que possamos manter a coerência em relação a pedidos que têm, única e exclusivamente, o objetivo de desgastar o governo. O que nós vimos - e eu sei que o Deputado Rossoni não gosta quando falamos disso - mas tenho os números no meu gabinete da "farra" publicitária que foi o governo Jaime Lerner. Quero dizer que V. Exa. falar em gastos com propaganda, de fato, é uma absoluta incoerência.

Quero aqui registrar nosso encaminhamento contrário à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão. Em votação.

Vinte Srs. Deputados votaram favoráveis ao requerimento.

Vinte e um Srs. Deputados votaram contrários.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, peço verificação de votação, regimentalmente, para não cometermos um equívoco. Salvo eu esteja equivocado, aumentou com o voto do Deputado Fábio Camargo, um voto, e a contagem diminuiu. Quer dizer, pode haver um equívoco. Não duvidando jamais do 1º Secretário, mas requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Rossoni, o Deputado Plauto retirou-se do Plenário, e não pode votar mais.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Houve a mudança de voto do Deputado Péricles, que na votação anterior votou de uma maneira e agora de outra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu não posso entender que V. Exas. coloquem em suspeição a Mesa da Assembléia.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Não é questão de suspeição, Sr. Presidente, mas nós estamos aqui, ninguém saiu do plenário, o Deputado Plauto não votou em plenário na votação anterior. Justiça seja feita! Façamos a conta, novamente, pelo amor de Deus!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para que não haja equívoco, regimentalmente, temos o direito de fazer o registro de quem votou favorável ao requerimento. Por esta razão, com a permissão de V. Exa. e respeitando o Regimento Interno, quero que V. Exa. me permita fazer o registro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. pode fazer o registro. O Deputado Plauto não vota mais.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não vota mais.

Me ajudem, para que não haja equívocos: Deputados Belinati, Ademar Traiano, Rangel, Luiz Carlos, Elio Rusch, Cida, Edgar Bueno, Duílio Genari, Douglas Fabrício, Rui Hara, Chico Noroeste, Osmar Bertoldi, Durval Amaral, Augustinho Zucchi, Jocelito Canto, Fábio Camargo, Ribas Carli Filho, Reni Pereira, Edson Praczyk, Rosane Ferreira, Valdir Rossoni. São 21 Deputados. Então, não há como ter 20.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, vamos registrar agora os votos aqui que votaram pelo requerimento: Luciana Rafagnin, Alexandre Curi, Dobrandino da Silva, Beti Pavin, Caíto Quintana, Waldyr Pugliesi, Péricles de Mello, Professor Luizão, Elton Welter, Cleiton Kielse, Mamede, Teruo Kato, Dr. Batista, Felipe Lucas, Antonio Anibelli, Edson Strapasson, Nereu Moura, Luiz Eduardo Cheida, Artagão Júnior, Mauro Moraes...

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

O Deputado Mauro Moraes não estava na Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Deputado Mauro Moraes não votou.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Perderam a votação, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eles estão muito afoitos, Exa. Não contei o meu voto, 20. Com o Deputado Carlos Simões, 21.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deu 21 a 21. Presidente, V. Exa. tem o desempate. Acho que esse é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com muito prazer.

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 987, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 988, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 989, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 993 e 994, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 995 e 996, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 998, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1000, 1002 e 1003, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1006, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, com apoio dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1007, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1006, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1010, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 997, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1001, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 151, 176 e 209/07.

Esta presidência convida os Srs. Parlamentares a participar da Sessão Solene com entrega de honraria denominada Prêmio Personalidades Empreendedoras do Paraná, por proposição do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que será realizada logo a seguir.

Levanta-se a Sessão.

